

# PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Director: Samuel Thirion

Nº 13 | Novembro 2000 | Preço: 1 Euro

## Questionar os instrumentos de apoio ao desenvolvimento local



Festival da Tradição

Foto: P.M.S.

P2 a Abrir | P8 Mostra do Mundo Rural 2000

P11 Passeio Equestre no Ribatejo | P19 Seminário na Madeira

# QUESTIONAR OS INSTRUMENTOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DE PRÁTICAS CONCRETAS

**"Instrumentos de apoio ao desenvolvimento local" é o título do seminário da Madeira, após algumas mudanças ocorridas entre Setembro e Outubro (1). Não se trata de abordar este tema na generalidade, mas sim de questionar em duas áreas particulares (engenharia financeira e formação) a pertinência dos instrumentos existentes e confrontá-los com os problemas concretos que a sua aplicação no terreno apresenta. Levando esta confrontação para um seminário a partir das necessidades encontradas nos seus territórios, os grupos de proximidade dos Açores e da Madeira introduzem uma abordagem nova que visa tornar mais operacionais os instrumentos disponíveis, mobilizando para isso as ADL e outros parceiros que já trabalharam sobre estas questões**

O conceito de instrumentos para o desenvolvimento local pode parecer *a priori* muito vago, podendo ser aplicado a vários níveis:

Por um lado existem os níveis superiores (europeu e nacional) aonde há instrumentos financeiros (programas) e jurídicos (leis, regulamentos) que podem ser considerados em certos casos como instrumentos de apoio ao desenvolvimento local. No entanto muitos destes instrumentos não foram concebidos especificamente para o desenvolvimento local em meio rural e são instrumentos pensados em termos de políticas nacionais ou europeias. Daí que talvez fosse mais apropriado do ponto de vista das ADL de falar de "enquadramentos financeiros ou jurídicos", nacionais ou europeus, ou simplesmente de financiamentos e regulamentos.

Um outro sentido da expressão "instrumentos de apoio ao desenvolvimento local" são as diversas formas de intervenção às quais as ADL recorrem para actuar nos territórios, como por exemplo: a animação, a formação, a comunicação, a cooperação, a engenharia financeira, a selecção de projectos, etc. Estes diversos instrumentos são concebidos e integrados como elementos de uma estratégia global da ADL no seu território. Talvez seja este o sentido mais apropriado para instrumentos de apoio ao desenvolvimento local.

Finalmente, para cada uma destas formas de intervenção podem existir também instrumentos concretos que foram produzidos ao longo do tempo para apoiar as ADL na sua aplicação. Por exemplo, tanto no quadro do Observatório Europeu LEADER, como

da Célula de Animação Nacional foram produzidos diversos instrumentos de apoio metodológicos (guias, cadernos, CDROM, etc.) que podem ser úteis às ADL para a concepção e aplicação das suas diversas formas de intervenção. A este nível talvez fosse mais adequado falar de "instrumentos de apoio às ADL" do que propriamente de instrumentos de apoio ao desenvolvimento local.

No seminário da Madeira que tem precisamente como título "instrumentos de apoio ao desenvolvimento local" estes três níveis irão ser abordados a partir de duas formas de intervenção: a engenharia financeira e a formação. Estas duas áreas foram seleccionadas pelas ADL dos Açores e da Madeira como sendo aquelas que são mais importantes neste momento e que levantam mais questões que precisam ser esclarecidas a nível de um seminário nacional, tendo em conta o interesse que têm para todas as ADL. Partindo das suas necessidades concretas, vão ser questionados no seminário por um lado os enquadramentos financeiros e jurídicos existentes e por outro as informações e instrumentos de apoio às ADL de que se dispõe hoje.

No caso da engenharia financeira, já houve desde o seminário de Castelo Branco realizado há um ano atrás uma série de instrumentos de apoio produzidos pelo grupo de trabalho constituído sobre este tema. Nomeadamente o Caderno Temático publicado em Fevereiro de 2000 e, mais recentemente, um instrumento informático (CDROM) de apoio à elaboração de um projecto de engenharia financeira a nível local, permitindo comparar várias simulações e que será apresentado no próprio seminário. O Observatório Europeu também acaba de publicar um caderno sobre este tema, que dá uma visão bastante ampla e sintética de toda a problemática que existe hoje na Europa à volta do financiamento local.

No entanto, há várias questões que ficam pendentes ou que necessitam de mais esclarecimentos. Um estudo realizado pelas ADL dos Açores sobre a aplicação da engenharia financeira nos territórios rurais desta região permite identificar algumas destas questões para as

quais estão a ser preparadas respostas concretas em colaboração com o grupo de trabalho sobre este tema.

No caso da formação, analisar-se-ão os problemas concretos que se encontraram no terreno no LEADER I e LEADER II e as soluções possíveis à luz dos enquadramentos financeiros e jurídicos existentes hoje. Também se apresentará um instrumento de apoio às ADL nesta área, sob a forma de um CDROM de apoio à concepção e elaboração de um programa de formação, que é o resultado de um trabalho iniciado na acção de formação realizada em Gouveia em Dezembro do ano passado. Este instrumento está igualmente a ser analisado pelas ADL dos Açores e da Madeira no quadro da preparação deste seminário.

Levando para um seminário o questionamento de diversos instrumentos de apoio existentes, a vários níveis, para os tornar mais pertinentes, tanto no tema da engenharia financeira como no tema da formação, as ADL dos Açores e da Madeira introduzem uma prática de grande interesse para o futuro: vão tocar um "elo da cadeia" que muitas vezes é deficiente - a ligação entre a elaboração de um instrumento e a sua aplicação concreta no terreno.

Este seminário, também introduz um aspecto novo nos seminários realizados até hoje no quadro das actividades da Célula de Animação Nacional, que é o envolvimento de outras ADL, fora dos grupos de proximidade, na preparação do seminário, valorizando o trabalho ou a experiência adquiridas por outros sobre os temas abordados no seminário. Esta prática marca sem dúvida uma nova etapa na consolidação da rede nacional LEADER e os próximos seminários, nomeadamente o seminário que decorrerá na Meda de 5 a 7 de Dezembro com o tema "as ADL como dinamizadoras e parceiras empresariais do desenvolvimento local" (ver página 4), apontam neste mesmo sentido, confirmando esta prática de participação alargada a nível da rede LEADER.

Samuel Thirion

(1) Pedimos desculpa a todos os leitores que ficaram com a ideia que o tema da cooperação iria ser tratado neste seminário. Desajustamentos temporais entre o encerramento do jornal e a decisão de mudar o tema do seminário levaram a que esta informação desactualizada saísse no último número de Pessoas e Lugares.

O desenvolvimento rural tem assumido uma importância crescente na definição de políticas em diversas regiões do Mundo.

Na União Europeia, constituiu-se como um segundo pilar da PAC e tem sido adoptado por todos os Estados-membros, quer através da implementação dos Programas de Iniciativa Comunitária LEADER, quer pela incorporação e reforço do desenvolvimento rural nas políticas do *main stream*.

Na América Latina, em diferentes países, têm-se desenvolvido múltiplos projectos para o desenvolvimento rural, com ópticas e abordagens diversas. O mesmo se poderá referir para outras zonas de África e da Ásia.

Para além deste interesse crescente, as abordagens tentadas que, até ao momento, têm assumido as mais diversas formas e perspectivas, através da reflexão, avaliação de experiências, trocas de informação e um intenso diálogo, têm-se progressivamente aproximado nos seus objectivos e, se bem que tendam a tomar como modelo a recente experiência da União Europeia neste domínio, permitem o equacionamento de novos pontos de vista igualmente enriquecedores para a experiência da Europa.

## Rede de Regiões da América Latina e Europa para o Desenvolvimento Rural

foto: adriano rangel



É neste contexto que, por iniciativa da Junta da Andaluzia, de Espanha, diversos agentes envolvidos na problemática do desenvolvimento rural decidiram criar a Rede de Regiões da América Latina e Europa para o Desenvolvimento Rural.

Como acto formal preparatório para a criação desta rede, realizou-se em Hanôver, entre 2 e 3 de Agosto um primeiro encontro, no qual tive o privilégio de participar em representação do nosso país.

Para além de Portugal estiveram presentes delegados da Andaluzia, Espanha; Baixa Saxónia; Alemanha; Emilia Romana, Itália; Ocidente da Suécia; Sudeste da Irlanda; Mendoza, Argentina; San Luiz, Argentina; San António, Chile; Paraguai; San Luis-Potos, México e Costa Rica, não tendo comparecido por impedimentos de última hora as delegações do Estado da Baía do Brasil e da Comissão Europeia. Estiveram também presentes o Observatório Europeu LEADER assim como um técnico da FAO.

Todas as delegações prepararam um paper inicial relatando as principais experiências de desenvolvimento rural nos respectivos países.

Quanto aos conceitos e objectivos relacionados com o desenvolvimento rural constatou-se um consenso generalizado, nomeadamente em torno do modelo Europeu e da abordagem LEADER, permanecendo apenas as dificuldades relativas ao financiamento nos estados não Europeus.

Foram assim os aspectos financeiros, assim como a forma e o papel da rede, os pontos mais discutidos.

Relativamente ao financiamento, foram abordadas as hipóteses de vários Fundos internacionais.

No que respeita à rede abordou-se a sua possível composição: sociedade civil, administrações ou ambos, assim como um papel limitado à troca de experiências e reflexão ou actuante, envolvendo projectos de acção concretos.

Como conclusões foi decidido formar um grupo de trabalho inicial aberto a quem pretender incorporá-lo e uma comissão executiva, liderada pela Junta da Andaluzia, encarregada de preparar uma proposta concreta, a ser discutida pela generalidade dos participantes, via correio electrónico. O *timing* previsto para a concretização da proposta definitiva foi de cerca de 10 meses.

Foram assim, reunidas vontades, concensuados conceitos, organizados procedimentos, espera-se que a curto prazo a Rede de Regiões da América Latina e Europa para o Desenvolvimento Rural venha a ser uma realidade bem viva e dinâmica.

Nuno Jordão

## 3º ENCONTRO NACIONAL DA REDE PORTUGUESA LEADER II EM VILA REAL



No âmbito das actividades da Célula de Animação LEADER está programado para Vila Real, o 3º Encontro Nacional da Rede Portuguesa LEADER II. Como já vem sendo habitual, os encontros nacionais da Rede LEADER, são momentos de divulgação dos resultados e de balanço do trabalho da Célula, de troca de informação entre os Grupos, a CAL e a Comissão Nacional de Gestão e de preparação das actividades da CAL para o ano de 2001.

Na manhã do primeiro dia abordar-se-á o encerramento do Programa LEADER II, sendo a sessão conduzida pela CNG LEADER.

Na tarde do mesmo dia e prolongando-se para amanhã do dia seguinte, far-se-á o ponto de situação das actividades da Célula de Animação, com a participação activa dos

Grupos LEADER envolvidos nos trabalhos de preparação de Seminários, elaboração de Cadernos Temáticos, Grupos de Trabalho, etc. Este será o momento de perspectivar as actividades futuras da CAL para 2001, como resposta às necessidades dos Grupos e do Programa.

No segundo dia, à tarde, o Eng. Nuno Jordão fará a apresentação do Programa Nacional para a Iniciativa Comunitária LEADER +.

As inscrições fazem-se, como habitualmente junto da Célula de Animação, que brevemente divulgará o programa detalhado e as respectivas fichas de inscrição.

## "AS ADL COMO DINAMIZADORAS E PARCEIRAS EMPRESARIAIS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL"

Seminário Temático

MEDA. 5 a 7. DEZEMBRO.2000

foto: adriano rangel



### O QUE É?

Após a acção de formação realizada em Bragança, em Maio deste ano, muitas questões ficaram no ar, entre elas a seguinte:

"Como responder a uma necessidade previamente identificada, para a qual não houve respostas nas iniciativas empresariais da região?"

O Grupo de Proximidade constituído pela CoraNE, Douro Superior e Raia Histórica está a preparar um seminário temático que se desenrolará no quadro das actividades da Célula de Animação entre os dias 5 e 7 de Dezembro que vai procurar encontrar algumas respostas a esta questão.

### PARA QUÊ?

O seminário tem um objectivo principal:

- Perenizar as estruturas de dinamização do Desenvolvimento Local nos territórios rurais que se divide em três objectivos específicos:

1. Motivar e mobilizar os potenciais parceiros locais
2. Promover a aquisição de novas competências pelos técnicos das ADL para a criação de empresas
3. Divulgar experiências existentes e discutir possibilidades de cooperação

### COMO?

O seminário será realizado em três dias. Na manhã do primeiro dia as ADL do Grupo de Proximidade anfitrião farão a apresentação do conteúdo do seminário, nos seus diversos aspectos. Durante a tarde, através de visitas conduzidas a um conjunto de "stands", os participantes poderão contactar com algumas experiências em curso em Portugal e registar os aspectos importantes de cada uma delas, que serão discutidos na sessão plenária seguinte.

No segundo dia os participantes poderão aprofundar o seu conhecimento sobre alguns casos específicos apresentados em quatro grupos de trabalho e identificar determinados recursos para a preparação de um projecto que esteja em vias de implementação.

No terceiro dia, após uma conferência sobre o turismo como factor de revitalização das zonas de interior, realizar-se-á uma mesa redonda sobre o lançamento de uma empresa de turismo na zona de intervenção da Associação Raia Histórica.

### PARA QUEM?

Este seminário dirige-se principalmente aos técnicos, dirigentes e parceiros das Associações de Desenvolvimento Local.

No próximo número do Pessoas e Lugares haverá uma apresentação mais detalhada dos temas e metodologia do seminário. As inscrições serão recebidas pela Célula de Animação, após a habitual divulgação.

# Voando sobre Cabo Verde

Texto e fotos de Francisco Botelho



## Do atrevimento do Homem

Tomo a estrada serpenteante que me vai levar a Chã das Caldeiras. O destino é o Vulcão do Fogo, que todos me apresentam como um dos principais motivos de interesse da Ilha. A estrada, mal conservada, sobe a encosta obrigando ao esforço do motor e ao incómodo dos viajantes. Por todo o lado, a perder de vista, o verde exuberante com que as chuvas de Setembro brindaram as ilhas de Cabo Verde.

De repente, a subida suspende-se e como que por magia, entramos no mundo do negro e do ocre. Paisagem fantástica, dantesca. Caso não viesse acompanhado acredito que a tentação fosse regressar imediatamente. A estrada corre no meio da torrente de lava, as formas exóticas da lava entretanto arrefecida estão de um lado e de outro fazendo-nos lembrar que estamos dentro de um vulcão. Durante quilómetros não vemos mais do que pedra vulcânica e cinzas negras. E lá está a cratera por onde jorrou a última erupção, a de 1995. E ao lado o rio de lava da anterior, ocorrida a 1951. E ainda a de 1914. Datas que nos fazem lembrar que o Fogo é um vulcão ainda activo que, periodicamente, faz emergir a sua fúria arrasando com ela tudo quanto se lhe coloca na frente.

Não refeito da surpresa chego finalmente à povoação de Chã das Caldeiras. Periodicamente abandonada por força das erupções, a ela regressam os habitantes por tradição e por interesse. Evacuados por ocasião da última erupção, foi-lhes facultada habitação noutras povoações da ilha. Apesar das melhores condições, regressaram todos a Chã das Caldeiras. É que lá têm a sua terra, onde cultivam os bens de que necessitam. E se não é a terra prometida do leite e do mel, é a terra que permite duas plantações por ano e lhes garante a produção do único Vinho de Cabo Verde que com o apoio técnico italiano coloca no mercado cerca de 40.000 litros de vinho branco, tinto e rosé de bastante qualidade.

Na loja do Ramiro bebo o vinho do produtor e ouço as histórias do vulcão. Fico a saber que o Vulcão é um homem bom que nunca fez mal a ninguém. Avisa sempre antes de entrar em erupção e, até agora, não há memória de uma morte que seja. E se bem que tira casas e terrenos, também é certo que é o responsável pela relativa fartura das gentes de Chã das Caldeiras.

Visito com respeito uma pequena plantação de vinha, contemplo a extensão dos terrenos com hortícolas e milho e dou comigo a pensar no atrevimento do Homem, capaz de se adaptar aos ambientes mais hostis e de viver paredes meias com o perigo, num misto de coragem e irresponsabilidade.

Tenho que voltar a Chã das Caldeiras para ouvir mais histórias do vulcão e adormecer embalado nos vapores do Vinho do Fogo...

## Um povo de agricultores

Apesar de algumas comunidades piscatórias, o caboverdiano é essencialmente um povo de agricultores. Num pequeno artigo sobre cooperativismo, encontrei uma nota histórica que pretende justificar tal facto. Usadas essencialmente como entreposto comercial, servindo o tráfico de escravos da costa de África, as ilhas foram sendo lentamente povoadas quando a actividade comercial diminuiu e se deslocou - as pequenas manchas com possibilidades agrícolas foram sendo desbravadas e ocupadas. E apesar das condições difíceis do clima e das secas intensas e prolongadas, o caboverdiano continua a forçar na terra o seu sustento. Conquistando à custa do trabalho as íngremes encostas onde cresce o milho e o feijão, ocupando todo o espaço que lhe é permitido pelas condições do terreno. E esperando, esperando sempre que as chuvas de Setembro e Outubro tornem possível a colheita e não acrescentem a fome a tantos outros males com que têm de viver.

E as encostas do Fogo e de Santiago, este ano, estão pujantes do verde das culturas. Os rebanhos deslocam-se fartos entre as infindas pastagens. Dir-se-ia que Cabo Verde faz juz ao nome. "Espere por Fevereiro e vai ver..." me dizem todos perante a minha admiração...

Agricultores em condições difíceis, não é de estranhar a solidariedade e o trabalho colectivo. A troca de mão-de-obra e o associativismo estão generalizados nas comunidades locais. E as organizações colectivas são actualmente a principal força de desenvolvimento das comunidades locais. Ajudando a construir as infraestruturas colectivas, organizando e gerindo a sua utilização, as numerosas associações estão a dar corpo a um cada vez mais acentuado exercício de cidadania.

## A luta contra a pobreza

Parece-me que os caboverdianos começam a estar fartos da "Luta contra a Pobreza". O slogan que tem corporizado as principais intervenções junto das comunidades rurais e das comunidades urbanas deslocadas, começa a esgotar o seu efeito. Em primeiro lugar porque é uma luta inglória - a intervenção sempre fica aquém das necessidades. Em segundo lugar porque criou nas populações uma declarada dependência do assistencialismo. Vários quadros me manifestaram essa insatisfação. E é franca a adesão a programas de desenvolvimento, que possam ser assumidos e apropriados pelas próprias comunidades. A proliferação de programas com modelos rígidos, com medidas previamente definidas e pouco ajustáveis às diversas comunidades, todos contrapõem a sua consciência das necessidades e o desejo de terem parte activa na concepção, elaboração e execução dos projectos.

Terreno fértil para a metodologia do desenvolvimento local subjacente ao PLPR, Plano de Luta contra a Pobreza em Meio Rural, que está agora a dar os primeiros passos e a que a INDE assegura assistência técnica. A intervenção territorializada, a abordagem integrada e de baixo para cima, a decisão e gestão descentralizadas, são princípios que encontram a imediata adesão dos quadros e das instituições locais.

A formação dos Operadores locais e dos animadores que vão dar corpo ao programa nos próximos anos é prova disso. Os encontros que posteriormente se fizeram com os animadores locais dos diversos serviços desconcentrados do Estado e dos Municípios mais não serviu do que confirmar este facto.

Por onde passa, o PLPR vai semeando a esperança. Não por ser um Programa de Luta contra a Pobreza, antes por ser um programa que dá voz às populações e lhes permite serem portadoras do seu próprio desenvolvimento.

# Rede de Transporte Infantil



fotos: ADIBER



A ADIBER – Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra, leva a cabo um novo projecto: a Rede de Transporte Infantil.

Este projecto resulta da articulação territorial e complementar de um conjunto de seis projectos parcelares aprovados no âmbito do Programa LEADER II - ADIBER. E tem como zona de intervenção os concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e Tábua.

Após um diagnóstico do território, que identificou um conjunto de dificuldades das populações das aldeias rurais, como é o caso das difíceis acessibilidades internas e a inexistência e/ou insuficiente capacidade de resposta da Rede de Transportes convencional, surge a necessidade de criação de um conjunto de Serviços de Proximidade às populações rurais, de forma a proporcionar às pessoas que aqui vivem o aumento do seu bem-estar e qualidade de vida.

O desafio consistia em pôr de pé uma Rede capaz de ir ao encontro das necessidades das crianças e das famílias residentes nestas aldeias. Para tal a ADIBER desenvolveu um conjunto de contactos para possibilitar a constituição de várias parcerias locais, que pudessem materializar as intenções desta iniciativa, recorrendo para isso ao LEADER II e ao envolvimento activo dos diferentes parceiros: autarquias; instituições particulares de solidariedade social, misericórdias e associações sem fins lucrativos.

Assim, a Rede foi concretizada através da aquisição de sete viaturas de características especiais – com lotação para 14 crianças, bancos individuais dotados de cintos de segurança também individuais, ar condicionado, vídeo – com as dimensões apropriadas para circular com segurança e comodidade nos sempre difíceis, estreitos e sinuosos traçados das estradas de montanha da Região da Beira Serra.

Pelos números obtidos junto dos parceiros desta iniciativa, estes são reveladores do impacto concreto que foi conseguido junto das populações alvo: este projecto serve a população de 29 Freguesias dos cinco Concelhos da Zona de Intervenção, sendo utentes diários da Rede cerca de 257 crianças dos dois aos 15 anos.

A grande aposta da Estratégia de Desenvolvimento vai no sentido de criar condições para um aumento do sucesso escolar e para baixar a taxa de absentismo e de abandono escolar.

Uma meta que poderá ser atingida, uma vez que com a concretização deste projecto, em funcionamento há um ano, se nota já um aumento na motivação dos alunos para as actividades escolares, na medida em que os transportes são efectuados de forma mais célere e cómoda para os seus utentes.

ADIBER

## II FEIRA DE ARTESANATO



foto: ADRIMAG

Decorreu de 21 a 24 de Setembro, mais uma Feira de Artesanato, Adrimag 2000, integrada na Feira das Colheitas 2000. Esta II Feira contou com uma grande variedade de artesanato, pois estiveram presentes 27 artesãos de toda a Zona de Intervenção da Adrimag (Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira). De salientar que alguns dos artesãos presentes na feira beneficiaram de apoios ou cursos ao longo do II QCA.

Estiveram presentes artesãos de Arouca com a cestaria, com os bordados e tecidos de linho. Destes, as bordadeiras da Associação de Bordadeiras e Bainhas Abertas de Arouca beneficiaram de uma formação, promovida pela Adrimag durante todo o ano de 1998, através do Programa Escolas/Oficinas. De Castelo de Paiva estiveram presentes a cestaria, a latoaria e o "artesanato em pedra" (casas em miniatura).

De Castro Daire veio a Associação de Artesanato do Montemuro, que beneficiou de um apoio do LEADER II. A responsável desta associação elaborou um trabalho de recolha sobre os trajes e os diversos tecidos e suas utilizações. E, actualmente, executam estes tecidos adaptados às exigências actuais do mercado, embora inspirados nos motivos de outrora. Em representação dos artesãos do concelho de Sever do Vouga vieram a Associação de Artesãos do Sever do Vouga e a Associação de Artesãos de Rocas do Vouga. A primeira beneficiou de um apoio do LEADER II e um dos seus artesãos, que faz chinelos artesanalmente, também viu a sua oficina melhorada por um projecto apoiado pelo programa LEADER II. A segunda beneficiou de uma formação através do programa NOW, projecto Iniciativas Artesanais, promovida pela Adrimag. S. Pedro do Sul esteve representado pela Cooperativa Mais Além e os artesãos que marcaram presença trouxeram imaginação e inovação ao artesanato com pintura em ardósias e pequenos elementos de decoração em madeira. Vale de Cambra, um concelho industrializado, apresentou-se com porcelanas pintadas à mão, bonecas de trapos e com o Grupo de Arões, grupo este que também beneficiou de formação pelo programa NOW – Iniciativas Artesanais. Gente com valor que também procura valorizar o que de belo se encontra na sua região.

Com a realização desta feira confirma-se que o artesanato continua a constituir uma componente forte desta região, sendo na maioria dos casos um complemento à actividade principal dos artesãos, e que as "raízes" estão longe de desaparecer porque ainda há quem dê valor ao artesanato e o queira preservar.

ADIRIMAG

## Reflorescer - o Azevinho

*na primeira pessoa...*

O Azevinho é uma espécie que tem sido tradicionalmente usada como ornamento característico da quadra natalícia, o que motiva uma procura que - embora de incidência sazonal - se tem revelado cada vez mais intensa nos poucos locais onde ainda é possível encontrá-lo na sua forma espontânea. O abusivo e ilegal corte do azevinho em especial por altura do Natal e apesar da legislação vigente que visa a protecção do azevinho espontâneo (D.L. 423/89 de 4 de Dezembro), tem feito perigar a sobrevivência da espécie no nosso país.

O Projecto "Reflorescer - O AZEVINHO" visa a produção intensa do azevinho e a comercialização dos seus ramos provenientes da poda que é executada anualmente. Com este projecto, contribui-se por um lado, para uma protecção às poucas espécies ainda existentes que nascem e crescem naturalmente e por outro, satisfazer a população em geral no fornecimento de algo que de momento se lhes encontra negado.

Depois de muitos contratemplos (alheios à empresa) na preparação das instalações, foram plantadas as primeiras espécies na Primavera de 2000. De entre as muitas variedades de azevinho que existem, a opção recaiu na espécie *Ilex Aquifolium* J. C. V. TOOL uma vez que esta variedade origina folhas verdes-escuras, dá regularmente um grande número de grandes bagas vermelhas, e é classificada como sendo o mais frutífero de todos os azevinhos. Contudo foram também plantadas as espécies *Ilex aquifolium lusitano*.

As características tecnológicas deste projecto assentam na utilização do sistema de rega gota / gota dirigido a cada planta. Com esta metodologia pretende-se não só uma garantia adequada relativamente à quantidade de água que é debitada a cada planta, uma vez que esta será variável relativamente às condições climáticas, como também prevenir o mau desenvolvimento das espécies principalmente no período mais seco. Trata-se de um projecto com rentabilidade a longo prazo, uma vez que estamos perante espécies de crescimento muito lento, daí que a viabilidade do presente projecto só fosse possível com o recurso aos fundos comunitários, neste caso particular ao Programa Leader/ELOZ - Entre Lousã e Zêzere.

O Estufim- Espaços Verdes e Inovação, Lda.

### *Algumas notas complementares...*

Trata-se de um projecto aprovado na Área 4.4.01 - Apoio ao Nivel da Produção Agro-Alimentar e Ambiental, com um Montante Total de 7.013.981\$00, participado a 65% pela União Europeia num total de 4.559.088\$00.

O promotor recorre às novas tecnologias para marketing e publicidade do seu produto, sendo o mesmo divulgado através da Internet.

Esta espécie tem uma grande procura sazonal, especialmente na época natalícia, constituindo o projecto uma medida de protecção indirecta ao Meio-Ambiente, uma vez que o promotor ao satisfazer uma necessidade do mercado, promove a protecção da espécie espontânea, existente em grande profusão na Serra da Lousã.

O projecto apresenta-se - numa época em que o abandono da actividade agrícola é uma realidade crescente - como uma intervenção muito inovadora e com uma fórmula que por si é demonstrativa e transferível.

DUECEIRA

foto: DUECEIRA Leader Elox



## Inauguração do Museu Etnográfico da Boidobra

A Vila da Boidobra (Covilhã) já tem um local apropriado para a exposição e divulgação do espólio de peças etnográficas, recolhidas ao longo dos anos pelo Estrela do Zêzere da Boidobra: o Museu Etnográfico de Boidobra.

A inauguração, em que estiveram presentes inúmeras entidades e que foi abrilhantada pelas actuações dos Bombos do Ourondo e Filarmónica Carvalhense, decorreu no passado dia 30 de Setembro. Trata-se de um espaço integrado na nova Sede Social do Estrela do Zêzere da Boidobra, uma obra grandiosa inaugurada na mesma data e que permite à colectividade outras perspectivas de desenvolvimento das suas actividades, pois possui uma secção de Futebol feminino e o Rancho Folclórico da Boidobra (com um CD recentemente editado).

O Museu, criado com o apoio do Programa LEADER, através da RUDE, permite que a geração mais jovem desta e de outras freguesias possa ter contacto com as tradições do Mundo Rural, evitando assim o seu esquecimento.

RUDE

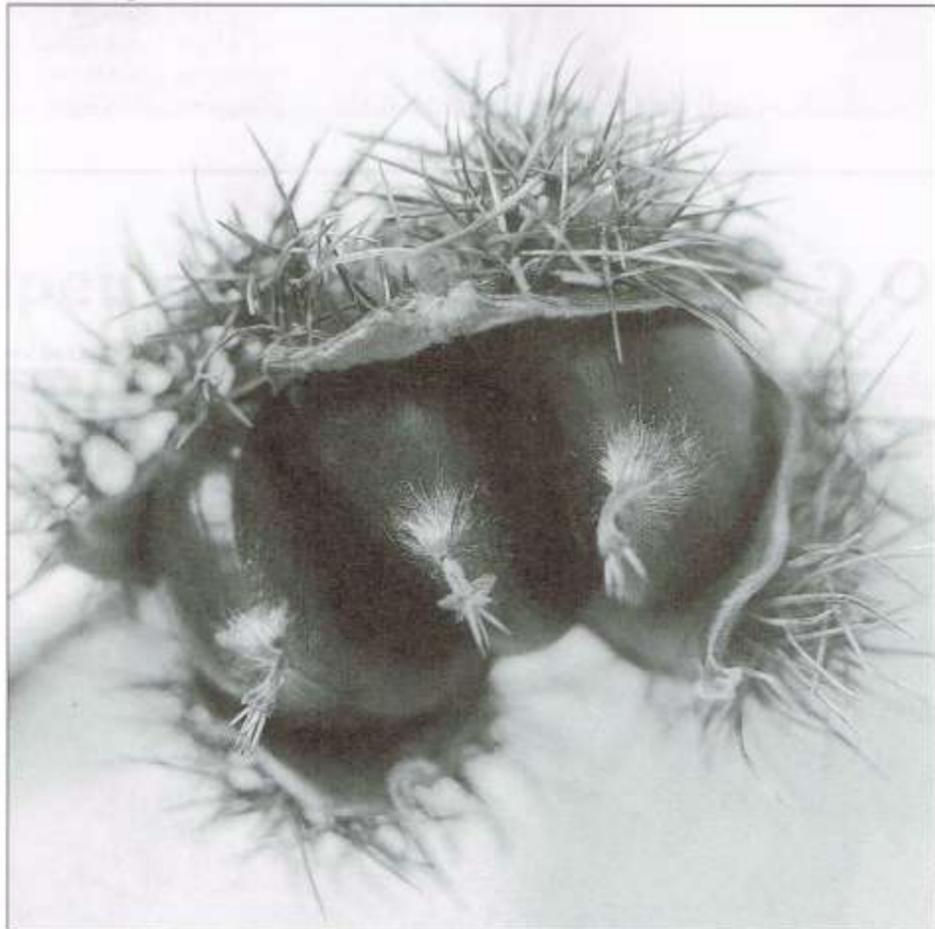
## Feira da Castanha da Terra Fria/ III Edição

Realiza-se no dia 12 de Novembro de 2000, na aldeia de Terroso, Concelho de Bragança, a 3ª edição da Feira da Castanha da Terra Fria. Esta feira tem como objectivo promover e divulgar a castanha da região da Terra Fria Transmontana. O evento é promovido pela junta de Freguesia de Espinhosela, tendo como parceiros na organização, a CoraNE, a Associação de Produtores de Castanha do Nordeste Transmontano e o Parque Natural de Montesinho.

Do programa de actividades consta, para além de exposição de artesanato local e diversa animação, a realização de três concursos: da castanha, (para as variedades Longal e Judia), de fotografia e de doçaria de castanha. O certame é financiado pelo Programa Leader II/CoraNE.

CoraNE

foto: Adriano Rangel



# Mundo rural português mostra-se em Lisboa

*Durante três meses, quem quiser conhecer de perto Portugal através daquilo que as suas regiões têm de mais genuíno, encontra as portas da Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural (DGDR) abertas a esse enriquecimento cultural, tomando contacto directo com o que mais fielmente representa a nossa identidade.*

A Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural organiza a "Mostra do Mundo Rural 2000", que decorre de 24 de Outubro a 23 de Dezembro.

Depois do sucesso da Mostra do Mundo Rural 1999, que decorreu durante o mês de Julho nas instalações da FIL, desta vez, as nove regiões "transferiram-se" de "corpo e alma" para as instalações da DGDR em Lisboa – sendo que, ao invés de permanecerem todas juntas num espaço e em simultâneo, vão dispor de uma semana cada uma para mostrar "aquilo que valem", e valem muito!

Através destas exposições semanais, as diferentes regiões vão trazer a sua gastronomia típica (cozinha em directo para os visitantes), motivos etnográficos, artesanato, animação de rua (por exemplo, a Beira Litoral vai trazer os marimbondos, o Alentejo, grupos de cantares, e assim sucessivamente), além de, obviamente, mostrarem os seus produtos naturais e como se fazem: o mel da Beira, o Porto do Douro, a cortiça alentejana, o linho e a lã de Castelo Branco, os queijos dos Açores.

A abertura oficial do certame está destinada à Beira Litoral: durante uma semana a região que sempre soube conciliar o que de mais tradicional existe em Portugal com o facto de beneficiar de uma localização privilegiada de aproximação ao Atlântico, vai trazer até Lisboa usos e costumes, sabores e saberes e uma aposta séria na modernidade. Uma Beira Litoral virada para o futuro podia muito bem ser o mote desta presença das Associações de Desenvolvimento Local da região que, juntas, vão poder mostrar a Beira Litoral a quem visitar o certame.

Para além de se pretender que esta "reunião" de regiões seja uma forma de apelar aos sentimentos mais enraizados dos que um dia trocaram a sua origem pela cidade cosmopolita que é Lisboa, esta Mostra tem como fim último dar a conhecer a todos o que torna Portugal Continental e Ilhas, diferente e apetecível no espaço europeu onde se insere.

E para que se comece a fazer contas, calendarizando uma semana de dedicação à terra que os viu nascer, aqui fica o calendário de todas as exposições:

## CALENDÁRIO

Beira Litoral - 24 a 29 de Outubro

Trás-os-Montes - 31 de Outubro a 5 de Novembro

Ribatejo e Oeste - 7 a 12 de Novembro

Madeira - 16 a 19 de Novembro

Açores - 16 a 19 de Novembro

Alentejo - 21 a 26 de Novembro

Beira Interior - 28 de Novembro a 3 de Dezembro

Algarve - 5 a 10 de Dezembro

Entre Douro e Minho - 12 a 17 de Dezembro

Todas as Regiões - 19 a 23 de Dezembro

Exposição "A Lã e o Linho" - 19 a 23 de Dezembro

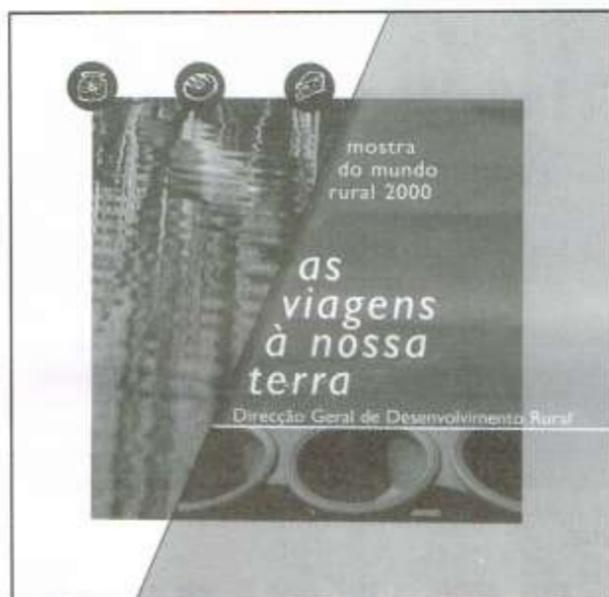
## HORÁRIO

3.ª Feiras das 17:00 às 20:00 horas. Outros dias das 10:00 às 20:00 horas. Encerra à 2.ª Feira.

## LOCALIZAÇÃO

Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural

Av. Defensores de Chaves, 6 - 1700 LISBOA



Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural

## O Canto da Praça

foto: Beira Serra



Dá pelo nome de "Canto da Praça – Artes e Ofícios" o espaço inaugurado no passado dia 16 de Outubro pela associação de desenvolvimento Beira Serra, em parceria com a Câmara Municipal do Fundão. Situado no edifício do velho Casino, na Praça do Município do Fundão, vai dedicar-se especialmente à promoção dos produtos locais da Cova da Beira e pretende facilitar o encontro entre os pequenos produtores locais e o público.

Um dos objectivos do Canto da Praça é dar maior visibilidade ao vastíssimo património das artes e ofícios da região. Numa zona rural onde a agricultura perdeu a centralidade de outros tempos, em aldeias, muitas vezes isoladas, em inúmeras pequenas oficinas, há gente que teima em (re)criar novas actividades. O Canto da Praça assume-se como uma peça na valorização e viabilização dessas actividades. Composto por três salas com funções diferentes mas intimamente ligadas, o Canto da Praça reservou uma para exposições temáticas de artes e ofícios. Ciclos dedicados a produtos específicos (tecelagem, olaria, cestaria, etc.) e com oficinas onde artesãos partilham os seus saberes. Neste momento, o tema da exposição é "Instrumentos Musicais Tradicionais", e a oficina, pensada especialmente para as escolas, sobre construção de bombos.

Numa outra sala, reservada aos olhares sobre o mundo rural de artistas, uma exposição de fotografia de João Lourenço dedicada aos artesãos da Cova da Beira. Na sala principal, uma grande variedade de produtos locais, acompanhada de informação sobre os seus produtores. Para adquirir e para motivar também o público a uma visita à oficina de produção ou às aldeias da região.

Beira Serra

# "Informar, formar e motivar"

- Colóquio "As artes e ofícios tradicionais"

Discutir o estatuto do artesão e a sua certificação, analisar a importância da formação profissional como garantia da continuidade da actividade e comparar estas análises com as experiências de casos na Estremadura espanhola, foram os tópicos discutidos no colóquio "As artes e ofícios tradicionais - Contributo para o desenvolvimento local e para a criação de emprego", organizado pela ALIENDE nas instalações do Centro de Apoio ao Restauro e às Artes e Ofícios Tradicionais, no Redondo.

A iniciativa surge integrada num Plano Local de Intervenção denominado 'Entre Nós', que se inscreve no âmbito do Programa Iniciativa Piloto de Promoção Local de Emprego no Alentejo, promovido pelo IEFP, e cujos grandes objectivos são a criação de emprego nesta região, neste caso, no ramo de actividade que é o artesanato.

Para Ana Talhinhos, organizadora do evento, "o artesanato pode ser um dos constituintes de um conjunto de actividades de desenvolvimento rural". Opinião partilhada por Ana Duarte, directora do Centro Regional de Formação de Artesãos do IEFP, para quem esta actividade "pode ter um papel muito importante para a criação de emprego". A técnica do IEFP reconhece que o artesanato como forma de criação de postos de trabalho fornecerá sempre uma oferta escassa, mas considera que este se afigura como o caminho mais correcto. "Este tipo de trabalho é uma forma de manter as pessoas nos seus locais de trabalho, criando redes que sustentem a sua permanência, num processo que decorre de forma gradual", acrescenta.

Acreditando que "os objectivos foram atingidos", Ana Talhinhos esclarece que se procurou dinamizar iniciativas de emprego nesta área, através de três pólos distintos: informação prestada aos artesãos, experiência de

formação, como garante da continuidade da actividade, e motivação através do exemplo de actividades de sucesso.

A componente informativa do colóquio confirmou-se com a apresentação do presidente da Comissão Nacional do PPAR (Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais), Fernando Gaspar, que elucidou os presentes acerca de alguns aspectos do estatuto do artesão. Esta legislação, aprovada a 13 de Julho deste ano, vem permitir a acreditação de artesãos e unidades produtivas artesanais, num processo que "está definido como um dos eixos de acção prioritários" do PPAR. Com o diploma legislativo em apreciação para futura aprovação, o que deverá acontecer "até ao fim do ano", a comissão já está a trabalhar na legislação para a certificação de produtos artesanais.

Ambas as medidas têm sido bem recebidas pela "comunidade" portuguesa ligada ao artesanato, pois permitem a regulamentação da actividade e defendem a especificidade dos produtos. O único aspecto a levantar algumas reticências é a possibilidade de o processo deixar à margem artesãos menos informados do processo, nomeadamente uma fatia mais idosa e, por vezes, iletrada, mas para Fernando Gaspar a questão não se coloca. O PPAR está desenvolver um esforço de actualização do Registo Nacional de Artesanato, e vai proceder a uma forte campanha de informação. Para os casos que possam escapar a esta "rede apertada", o PPAR conta com a colaboração de associações de artesãos, centros de emprego, associações de desenvolvimento local, grupos LEADER, e outras entidades locais, como agentes de divulgação do estatuto.

JL



foto: P.M.S.

## I Concurso Gastronómico Europeu da Castanha

No âmbito do projecto de Cooperação Transnacional Leader II, com a designação de "Valorização da Castanha/Estrada Europeia da Castanha" vai decorrer de 13 a 17 de Novembro de 2000, em Itália, no território do GAL L'ALTRA ROMAGNA, o I Concurso Gastronómico Europeu da Castanha. O Concurso compreende a apresentação de dois pratos gastronómicos, (um de inovação e outro de tradição), de cada GAL participante.

Deste projecto da Cooperação Transnacional, fazem parte 12 GAL parceiros, que iram representar no concurso 10 regiões Europeias: seis de Itália, duas de França, uma de Espanha e uma de Portugal, pelo que estarão no concurso 20 cozinheiros, com 20 pratos gastronómicos. A Região Portuguesa representada é a da Terra Fria Transmontana e a sua representação será feita pela CoraNE, que para o efeito fará deslocar a Itália, dois cozinheiros, dois ajudantes, dois elementos para integrar o júri de classificação e dois técnicos do GAL (CoraNE).

O concurso tem por objectivo fomentar e divulgar o uso da castanha na gastronomia. Posteriormente será elaborada uma brochura com as receitas dos pratos apresentados no concurso.

CoraNE



foto: Adriano Rangel

# Festival da Tradição

*Destinado aos mais novos e aos menos novos, decorreu, de 28 de Setembro a 1 de Outubro, o Festival da Tradição de Santarém.*

*Foram quatro dias bastante animados, em que todos os visitantes puderam experimentar Jogos Tradicionais Portugueses e Espanhóis.*



foto: P.M.S.

## Muita música, alegria e movimento

Foi assim durante os quatro dias em que decorreu o Festival da Tradição, em Santarém.

Iniciativa da APRODER (Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo), este festival contou com o apoio do CALMA (Clube de Actividades de Lazer e Manutenção de Tomar) e do Grupo de Jogos Tradicionais Alfamega de Santarém.

O Festival da Tradição foi composto por duas actividades de âmbito cultural distintas: o Encontro Ibérico de Jogos e Desportos Tradicionais e a Feira Nacional de Produtos e Artigos Tradicionais.



foto: P.M.S.

No segundo dia do Festival da Tradição, realizou-se um colóquio subordinado ao tema "O Jogo Tradicional. Que papel na escola de hoje?".

Tratou-se de um momento de reflexão e de apresentação de alguns estudos e experiências, em que a questão mais levantada pelos diversos intervenientes foi a de saber se ainda existe espaço para os Jogos Tradicionais, face às novas tecnologias, nas nossas escolas. Chegou-se à conclusão de que muitos dos Jogos Tradicionais, que existem há mais de 100 anos, são ainda hoje jogados pelas crianças. E que existe uma enorme vontade das pessoas reviverem as tradições e de não perderem o seu património lúdico. Estes jogos são, normalmente, aprendidos com os amigos na escola. E contribuem muito para a integração em grupo, a aquisição de disponibilidade corporal, o desenvolvimento do sentido rítmico, o enriquecimento oral da linguagem e a formação da personalidade.

No final do colóquio ficou o convite aos cerca de 80 professores presentes: "experimentar os jogos", um convite que não foi recusado.

HS

**Colóquio "O Jogo Tradicional. Que papel na escola de hoje?"**

### Encontro Ibérico de Jogos e Desportos Tradicionais

Com a ideia de dar um novo fôlego aos jogos tradicionais, fundamentalmente a nível das escolas, o Encontro Ibérico de Jogos e Desportos Tradicionais, quis mostrar aos mais jovens como se praticam diversos jogos, nomeadamente o Jogo do Bicho, Jogo da Ferradura, Jogo do Chinquilho, Jogo do Pato, Jogo do Burro, Jogo da Garrafa, Jogo do Pião, entre muitos outros. Este Encontro contou com a presença de 13 grupos espanhóis e 23 grupos portugueses, oriundos de todo o País, incluindo Açores, que vieram até Santarém mostrar os Jogos Tradicionais que estão a desenvolver nas suas terras.

Os miúdos apareceram e experimentaram tudo o que havia para experimentar. Desde os jogos mais calmos como o Jogo do Galo, até os jogos mais "violentos" como os Jogos com Cordas. Mas o grande sucesso foram os carrinhos de rolamentos, em que as crianças se sentiram, por momentos, pilotos de Fórmula 1. Também os mais idosos não quiseram deixar de estar presentes e reviver os bons momentos da sua infância. Como nos disse Salvador Costa, um dos organizadores, "Estiveram aí mais de 200 pessoas, não sei de onde é que elas vinham porque perdi o controle das associações e dos lares. Mas gostámos de vê-los a reviver o que faziam no seu antigamente. Estou-me a lembrar de um velhote que, a certa altura, me diz assim, com os olhos a brilhar, «eu já não via um pião há mais de 70 anos»".

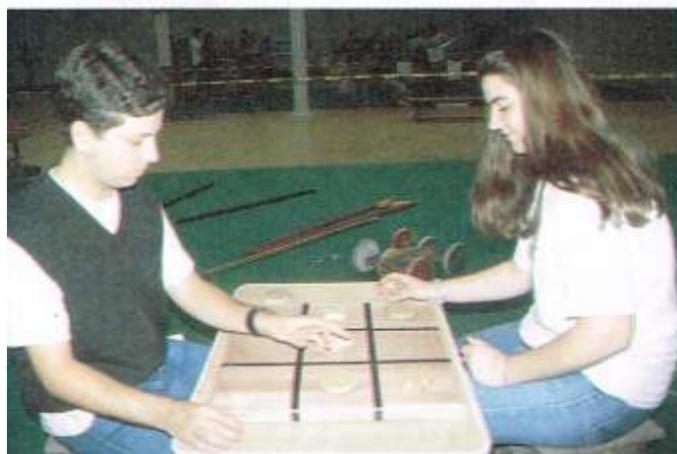
### Feira Nacional de Produtos e Artigos Tradicionais

Na Feira, os visitantes puderam apreciar e, mesmo, comprar produtos artesanais (vimes, madeiras, couros, peles, tecidos rústicos, metais e vidros), provar produtos tradicionais (mel, queijos, enchidos, fumados, etc.) e saborear doces típicos das diversas regiões aqui representadas. Também estiveram presentes nesta Feira Nacional, várias Associações de Desenvolvimento Regional, Regiões de Turismo e Associações culturais e desportivas com acção no âmbito dos jogos tradicionais, folclore, etnografia e tradição. Os visitantes puderam ainda apreciar diversas outras actividades ao longo dos quatro dias em que decorreu o certame.

Desde os espectáculos de Música Portuguesa, que passaram pelo fado, folclore e música tradicional portuguesa e que contaram com a presença de muitos artistas e grupos, como Carlos Zel, João Chora, Teresa Tapada, Grupo de Concertinas Flôr do Sabugueiro (Arouca) e Grupo de Cantares Regionais de Stª Maria dos Olivais (Tomar), entre muitos outros. Até ao Torneio de Chinquilho Taça da Tradição, passando pelas Largadas de Touros e pelo Fogo de Artificio. Houve, ainda, comida tradicional portuguesa, ou não fosse este um Festival da Tradição.

Feito o balanço final, o Festival conseguiu atingir o seu objectivo principal: "promover um grande encontro de muitas e variadas tradições de características marcadamente populares".

Helena Santos



fotos: P.M.S.



26 de Setembro. Golegã. Um sol radioso deixava antever um dia quente. No Largo da Imaculada Conceição, à porta do número 1, onde mora a ANTE (Associação Nacional de Turismo Equestre), um pequeno grupo de forasteiros prepara-se para iniciar um passeio a cavalo pela região. Entre eles e os organizadores da iniciativa trocam palavras em francês, inglês e alemão. Um que precisava trocar de roupa, outro de botas, outro de ir comprar água à mercearia mais próxima. Finalmente, lá entram nas carrinhas que os levaria até ao ponto de partida.

# Passeio equestre no Ribatejo

Já passava das 11 horas quando chegaram a Vale Flor, algures no concelho da Chamusca. À espera, já lá estava o Sr. António José, do Centro Hípico da Chamusca. Cinco belíssimos cavalos faziam-lhe companhia. À sombra de um sobreiro, o Sr. Madrugada, como é mais conhecido, verificava, pela enésima vez, o estado de todos os apetrechos a que a arte de cavalgar obriga. "É sempre uma grande responsabilidade", justifica-se.

Uma festa no pescoço do animal é uma boa maneira de travar conhecimento. "Apesar de habituados a estas andanças, os cavalos sempre estranham um bocadinho", informa o Sr. Madrugada. Depois de cavalos e cavaleiros devidamente emparelhados lá foram eles, em movimentos perfeitos, ritmados. Duas horas mais tarde, uns e outros, chegavam ao Marmeleiro. Dez quilómetros, ora a trote, ora a galope, por caminhos de terra batida, bordejados a verde, e que só a sinalética da ANTE deixava adivinhar a direcção a tomar no próximo cruzamento.

Cansados mas muito satisfeitos, despediram-se dos cavalos distribuindo palmadinhas carinhosas pelo pescoço dos animais que automaticamente eram encaminhados para a sombra e para os cuidados do seu tratador. Uma última fotografia para o álbum e ala de volta à Golegã, onde uma maravilhosa refeição esperava os cavaleiros e a pequena comitiva que os acompanhava. Terminava assim a visita de estudo ao Ribatejo de seis operadores estrangeiros especializados em turismo equestre.

Uma iniciativa promovida pelo ICEP, com a colaboração da ANTE, e que teve por principal objectivo dar a conhecer a oferta daquela região a operadores turísticos oriundos da Alemanha, Bélgica, Holanda, Reino Unido, Suíça e Suécia. O itinerário realizado, entre Vale Flor e Marmeleiro, é o primeiro que a ANTE dá a conhecer a operadores estrangeiros, e é também um passo em frente na estratégia da Associação em criar uma rede nacional de turismo equestre. Um projecto enquadrado pela Medida B2 do LEADER e financiado a 75% por este Programa.

Depois de um ano de trabalho sem muita visibilidade (reconhecimento, marcação e sinalização dos percursos), Xavier de Basto, da ANTE, mostrou-se muito satisfeito com o evento, adiantando que alguns operadores avançaram de imediato para a compra de alguns pacotes de percursos equestres. Como corolário desta iniciativa, vai sair ainda este Outono, com o patrocínio do ICEP, uma publicação em língua inglesa, onde este e outros itinerários serão dados a conhecer ao mercado estrangeiro. Mais uma vitória que Xavier de Basto revelou em primeira mão ao "Pessoas e Lugares".

Paula Matos dos Santos



foto: P.M.S.



foto: P.M.S.



foto: P.M.S.



foto: P.M.S.





foto: adriano rangel

**Outras latitudes... outras experiências... os mesmos problemas... ou quase! Desde o Brasil, falamos de micro-crédito e das assimetrias da informação.**

Programas de crédito visando populações de baixa renda têm como objetivo central reduzir o que as ciências sociais contemporâneas têm chamado de assimetria de informação. Em termos globais, ninguém ignora que os pequenos tomadores de empréstimos tendem a ser bons pagadores e que - salvo quando induzidos por um ambiente institucional que os conduza nessa direção - raramente financiam atividades em cuja capacidade de pagamento

eles mesmos não acreditam. Entre essa constatação genérica e o estabelecimento de cada contrato de financiamento interpõe-se, porém, uma imensa distância, que se traduz em custos de transação: os bancos são obrigados a tomar garantias que acabam tornando os empréstimos inacessíveis ou então excessivamente caros.

## Custos de uma política social necessária

Quando se trata de populações incapazes de oferecer garantias reais e contrapartidas, acaba-se escolhendo o menor dos dois males: ou o dinheiro não chega a quem deveria destinar-se ou o Tesouro arca com os custos da transação bancária. Que os bancos sejam estatais ou privados, em nada muda esse panorama. A experiência internacional recente vem mostrando que o dilema entre privar essas populações do acesso ao crédito ou beneficiá-las à custa de imensos gastos governamentais pode ser resolvido por inovações institucionais das quais os chamados sistemas de microcrédito representam um exemplo.

Estudo recente do Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (Ibase) sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, mostra bem que o acesso ao crédito pode ser um fator decisivo na geração de renda. Implantado em 1995, sob pressão direta dos movimentos sociais (e antes de tudo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag), o Pronaf atinge, de fato, o público ao qual deveria destinar-se: 88% de seus quase 800 mil tomadores de recursos possuem áreas de até 50 hectares. Dois terços dos beneficiários são caracterizados pelo estudo como pertencentes a uma agricultura familiar em processo de consolidação e um terço corresponde a agricultores mais fragilizados.

Os efeitos do crédito sobre a ocupação produtiva são muito positivos: cada operação permitiu manter quase cinco postos de trabalho familiar, com um financiamento médio de apenas R\$ 775, 24. Para gerar uma nova ocupação, o Ibase calcula que foi necessário um financia-

mento de quase R\$ 6,5 mil. A cada duas operações de crédito calcula-se a geração de um novo posto de trabalho. Mas o dado mais impressionante do estudo é que metade desse público jamais recebera anteriormente nenhum crédito bancário, proporção que sobe para 57% se forem somados os que já haviam tomado empréstimos, mas por intermédio do próprio Pronaf. A prova dos nove da consistência econômica dos projetos está no baixíssimo índice de inadimplência, com média de 2,5% do total dos créditos concedidos.

Mas como foi possível que populações até então excluídas do sistema bancário conquistassem o acesso a esses recursos? Dois fatores devem ser aí destacados. Por um lado, a pressão dos movimentos sociais e sua capacidade de organização no plano local e nacional foram decisivas para que os próprios bancos estatais aceitassem trabalhar com um público que não fazia parte de sua clientela habitual. Mas a história tem um outro lado, bem menos nobre: o custo do repasse desses recursos aos beneficiários é escandalosamente alto e quem paga a conta é o Tesouro. É importante, aqui, não confundir duas fontes de gastos públicos bem diferentes. A primeira é plenamente justificável e consiste na equalização entre o montante das taxas de juros tomadas pelos beneficiários do programa e o custo real dos recursos no mercado. A segunda fonte são os custos administrativos que o Tesouro paga aos bancos (e principalmente ao Banco do Brasil) para que assumam a administração do Pronaf. Em 1998, para emprestar cerca de R\$ 1,8 bilhão o Tesouro gastou R\$ 40 milhões para equalizar as taxas de juros e três vezes mais que isso para oferecer aos bancos (e sobretudo ao Banco do Brasil) as garantias necessárias a que se dispusessem a trabalhar com o público visado pela política governamental. Em 1999, para emprestar R\$ 2 bilhões à agricultura familiar, foram gastos apenas R\$ 94 milhões em equalização e nada menos que R\$ 153 milhões em custos administrativos. E, ainda assim, dirigentes sindicais e representantes locais do Pronaf são unânimes em denunciar a resistência dos bancos a trabalhar com o público visado pelo programa.

Ampliar as bases sociais dos sistemas de crédito traz sempre um conflito potencial: quanto mais pobres forem as populações atingidas, maiores são os custos de transação das operações individuais e maior será a pressão para que os recursos sejam simplesmente distribuídos sem preocupação consistente com seu reembolso - e, portanto, com a qualidade dos projetos a que sua atribuição deu lugar. Nesses casos, ou os tesouros públicos assumem inteiramente os riscos (o que se traduz quase sempre em inadimplência ou, pior ainda, em clientelismo), ou os bancos simplesmente mostram-se incapazes de levar adiante essas operações, bloqueando o acesso ao crédito.

Esse dilema pode ser resolvido por meio de instituições que tenham uma dupla característica. Em primeiro lugar, que sejam efetivamente locais - esse é um atributo decisivo, pois os laços de conhecimento são um fator importante na redução dos custos de transação bancária e podem substituir pesadas normas administrativas na concessão dos empréstimos. Além disso, essas instituições devem ser viáveis financeiramente. Não se trata simplesmente de criar agências locais de grandes instituições regionais e nacionais que não consigam sustentabilidade econômica. Um exemplo desse tipo de inovação institucional é oferecido pelo sistema CRESOL, um conjunto formado há apenas cinco anos que hoje já se compõe de umas 30 cooperativas de crédito que trabalham em cem municípios da região Sul do País, com um público de mais de 12 mil pessoas. Seus custos administrativos são baixíssimos, pois elas conseguem em grande parte substituir todo o pesado equipamento de verificação da credibilidade dos sócios por vínculos locais de confiança. É essencial que o debate sobre o destino do sistema financeiro nacional - sobretudo quando se refere ao atendimento de necessidades de liquidez de populações de baixa renda - não se reduza à dicotomia simplista que opõe o privado ao estatal e passe a incorporar a promissora possibilidade das iniciativas públicas, porém não estatais.

*Artigo de Ricardo Abramovay, Professor livre-docente do Departamento de Economia da FEA e do programa de pós-graduação em Ciência Ambiental da USP, publicado pela Gazeta Mercantil dia 31/7/2000*

## Conferência "Quadro Legal Cooperativo dos Países Lusófonos e Ibero-Americanos"



Durante os três dias de trabalho, foi debatida a importância da existência de um quadro normativo e de um quadro legal regulador do sector cooperativo.

Através da apresentação, estudo e confronto dos diferentes regimes legais e económicos existentes nos países lusófonos e ibero-americanos, nomeadamente, Brasil, Espanha, Argentina e Portugal, pretendeu-se a tomada de um conhecimento mútuo, visando o aprofundamento e o reforço do espírito cooperativo e a preparação do quadro legal cooperativo nos países africanos de língua portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Foram abordados diversos temas durante esta conferência: "A Identidade Cooperativa e os Princípios Cooperativos", "O Regime Económico das Cooperativas", "O Quadro Normativo dos Direitos e Deveres dos Cooperadores. A Organização Interna da Instituição Cooperativa" e "Intercooperação e Integração Cooperativas".

Este último tema é, talvez, o mais interessante uma vez que não existe um sector cooperativo verdadeiro sem intercooperação.

A intercooperação deve funcionar para estimular e reforçar o espírito cooperativo e para a adaptação do sector à nova realidade económica e social a nível mundial.

Uma das principais conclusões a ser retirada desta conferência é que é necessário recuperar o espírito associativo dentro do sector, tornando-se urgente a implementação de uma "educação cooperativa", para que não se perca o "espírito cooperativo" e, ao mesmo tempo, se assegure a rotatividade dos seus dirigentes.

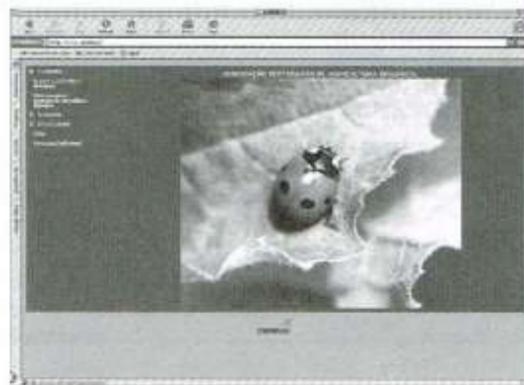
Torna-se, assim, importante reinventar o sector cooperativo, que deve ser constituído de pessoas e para pessoas, procurando satisfazer as suas necessidades, tornando-se urgente o

**Decorreu, de 21 a 23 de Setembro, em Lisboa, uma Conferência sobre o "Quadro Legal Cooperativo dos Países Lusófonos e Ibero-Americanos".**

reforço da identidade cooperativa e da intercooperação a nível local (criando cooperativas para a satisfação de um número crescente de necessidades dos seus membros) e a nível internacional com o reforço da intercooperação ibérica e com os países africanos.

O reinventar do sector cooperativo surge, assim, como uma solução viável para o desenvolvimento local e regional, a ser aplicada a nível nacional e europeu, que deve ser adaptada à realidade dos países africanos em desenvolvimento e de novos países como Timor. Devendo ser encarado como uma solução alternativa no processo de globalização mundial.

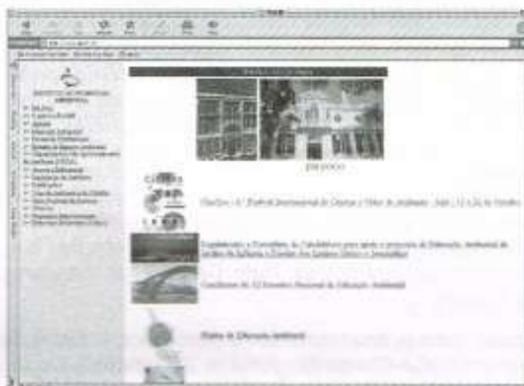
Elisabete Rebola



<http://www.agrobio.pt>

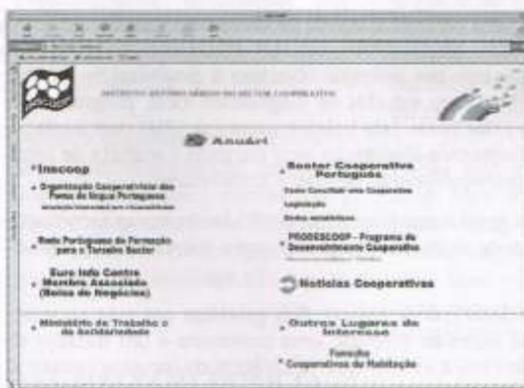
A Associação Portuguesa de Agricultura Biológica - AGROBIO - apresenta-se na internet com a morada [www.agrobio.pt](http://www.agrobio.pt). Esta associação fundada em 1985 promove a defesa e o desenvolvimento da agricultura biológica em Portugal, e tem como associados agricultores e consumidores preocupados com o uso excessivo de produtos químicos na produção agrícola. Este site é apresentado por uma joaninha, um símbolo da produção biológica, que se tornou na imagem de marca destes produtos, e permite obter informação variada dentro deste tema.

Além de esclarecimentos sobre o que é agricultura biológica, encontra-se informação a outros níveis sobre: manuais e outras publicações relacionadas, livraria postal e documentação especializada, projectos de investigação nesta área, e informação sobre dois eventos importantes: o Encontro Nacional de Agrobiologia e a feira anual "Terra Sã", esta última a decorrer em Lisboa, de 27 a 29 de Outubro. Estão também disponíveis formulários para as pessoas ou entidades que se queriam tornar associados que, desta forma, poderão receber as publicações da associação: o boletim informativo "A Joaninha" e o boletim técnico "infobio", embora estejam também disponíveis on-line.



<http://www.ipamb.pt>

O Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB) é um organismo público, tutelado pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, que tem como atribuições promover iniciativas no domínio da informação, da formação e da educação ambiental dos cidadãos, bem como apoiar técnica e financeiramente as ONGA. Na sua página na Internet ([www.ipamb.pt](http://www.ipamb.pt)) encontrará, para além dos assuntos em destaque no momento e de uma agenda de acontecimentos relacionados com o Ambiente, informações sobre Educação Ambiental, Formação Profissional e Legislação, contactos de todas as ONGA portuguesas, listagens de publicações disponíveis e de Estudos de Impacto Ambiental em consulta pública. Encontrará ainda links relevantes para o tema. Numa altura em que o Ambiente é uma das prioridades nacionais e europeias, vale a pena visitar este site.



<http://www.inscoop.pt>

O INSCOOP, abreviatura de Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, criou um site muito completo pois reúne grande parte da informação sobre cooperativismo. A apresentação é muito simples em termos gráficos e permite um rápido acesso ao assunto desejado pois logo na página inicial são apresentados os grandes temas gerais de consulta.

Com o objectivo de apoiar o sector cooperativo, as principais actuações do INSCOOP passam pelo incentivo e divulgação da importância deste sector no desenvolvimento económico das áreas onde esta actividade se insere. O título de consulta "sector cooperativo português" dá a conhecer as informações mais relevantes neste sector, tanto em termos legislativos como os princípios que regem o cooperativismo em Portugal.

O título "como constituir uma Cooperativa" permite passar a um guia interactivo de constituição de cooperativas com todos os paços em termos legislativos, com os estatutos, diplomas e minutas que são necessários para criação de uma instituição deste tipo.

Caso surja alguma dúvida o item "contacte-nos" está disponível em todas as páginas, com os dados de contacto para um esclarecimento mais particular.

## TROTE GERÊS



foto: P.M.S.

Em Maio de 1987, um grupo de pessoas com objectivos e metodologias semelhantes decide arrancar na freguesia de Cabril, concelho de Montalegre, com um projecto de intervenção local. Chamaram-lhe Trote Gerês.

A Trote Gerês é uma cooperativa de produção de serviços ao público em geral, nas áreas de ocupação de tempos livres, turismo e intervenção cultural que nasceu para viabilizar acções de desenvolvimento local criando instrumentos de autofinanciamento. Uma cooperativa porque, na opinião do presidente da direcção da Trote Gerês, Paulo Pires, "é a forma empresarial que associa no seu objectivo central a "pessoa" e o "meio" e porque tem como metodologia uma participação de todos os cooperados sem objectivos lucrativos".

Na persecução deste objectivo surgiram, quase imediata e simultaneamente, o Parque de Campismo e o Centro Hípico de Outeiro Alto. Este último numa lógica de valorização e promoção de uma raça autóctone - o cavalo Garrano do Gerês - no mercado norte de Portugal e na Galiza. Para além dos passeios equestres e aulas de equitação, existem no Centro Hípico condições para a prática de outras actividades, como a canoagem e tiro com arco e flecha. Mais recentemente, e como corolário desta acção, a Trote Gerês lançou os "Itinerários Equestres da Raia". Um conjunto de seis itinerários, entre Paredes (Salto), Cabril, Paradelá, Pitões das Júnias, Muinos (Galiza) e Padornelos, com a duração de um a cinco dias, com guia e alojamento. Um projecto que juntou forças e vontades de quatro parceiros: três portugueses e um galego.

A pensar nos visitantes do Centro Hípico, mas não só, a Trote Gerês criou ainda condições de alojamento no concelho: o Parque de Campismo de Outeiro Alto, a Hospedaria Pousadinha da Paradelá e as Casas Rurais de Sirvozel. Geridas por cooperantes da Trote Gerês, estas estruturas constituem uma oferta para todos os gostos e bolsas.

Paralelamente, e numa estratégia de contribuir para o desenvolvimento económico e social da região, a Trote Gerês, num projecto apoiado pelo FEOGA (Fundo Estrutural de Orientação e Garantia Agrícola), criou uma rede de pólos de actividades complementares da agricultura e criação de gado extensiva nas aldeias.

Pretende a Trote Gerês com estes pólos desenvolver também uma forma alternativa ao turismo de massas, em equilíbrio com o património natural e cultural.

Se juntarmos a estas actividades - criação de cavalos de raça Garrano, agro-turismo e ecoturismo - o Centro de Estudos e Conselho para o Desenvolvimento e o Telecentro Rural de Outeiro Alto fica-se com uma ideia mais aproximada daquilo que a Trote Gerês faz.

O primeiro - o C.E.CO.D. - é, antes de mais, uma parceria alargada de várias organizações de âmbito associativo entre as quais, ANIMAR, INDE, MODABARR, OCPLP, PROBARROSO, PROREGIÕES, Uninorte, SIM e VERBARROSO, que tem por principal objectivo a dinamização da rede empresarial da Trote Gerês. Além disso participa em estudos de diagnóstico local, programas de intervenção, organiza seminários e publica a Infor Trote. Este boletim surge em 1990 com a criação do Telecentro de Outeiro Alto. O objectivo passa pela divulgação local alargada e gratuita de informação e educação sobre temas ligados ao desenvolvimento pessoal e comunitário.

No Telecentro dá-se acesso à população em geral e aos jovens em particular às novas tecnologias da informática e da telemática. A prestação de outros serviços, tais como secretariado e atendimento, também estão previstos.

À frente (ou melhor, atrás) de tudo isto está uma grande equipa: dois gerentes, um guia equestre, uma recepcionista, um empregado de bar e outro de limpeza, uma cozinheira e um tratador de cavalos. Um número reduzido que leva Paulo Pires a afirmar que "a carência de recursos humanos, aliada à escassez de meios financeiros", é uma das principais dificuldades com que a Trote Gerês se depara. "O Estado sob a forma de autarquias locais e a administração pública descentralizada", é outra.

Neste projecto, assim como em muitos outros, tudo gira à volta da motivação e vontade dos intervenientes. No caso, um quadro natural e um contexto cultural privilegiados ajudaram a montar o cenário. À volta dos encantos do Gerês, a Trote Gerês "adoptou uma metodologia de articulação territorial para a criação de sinergias orientadas por uma estratégia de desenvolvimento sustentável". Um objectivo a longo prazo e que só poderá ser atingido "com a necessária participação informada de todos os residentes, mulheres e homens livres e solidários".

Paula Matos dos Santos

### ficha técnica

nome: Trote Gerês - cooperativa de ocupação de tempos livres, crl | morada: Outeiro Alto - Eiredo 5470-013 Cabril | telefone/fax: 253 659860 | e-mail: trote\_geres@hotmail.com | equipa técnica: Maria de Fátima Martins (Cabril, secretária da Direcção), Mariana Afonso (Paradelá), Paulo Pires (presidente da Direcção, Salto).

## BEIRA SERRA

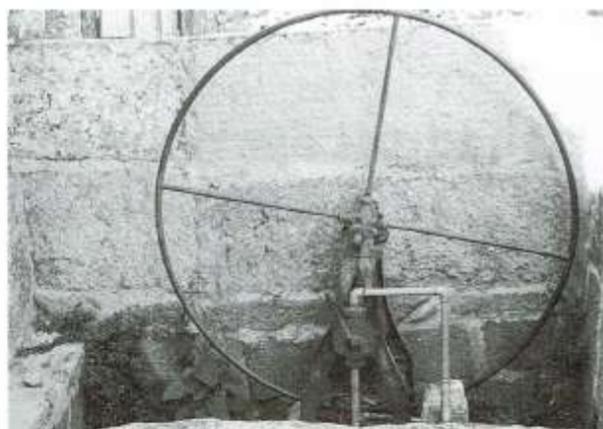


foto: Beira Serra

"Nas cidades (Belmonte, Covilhã e Fundão), a população cresce e aglomera-se, sem um ritmo idêntico de criação de infra-estruturas. Nas zonas rurais, apesar do silêncio e da solidão (...), há um património riquíssimo de saberes, apurados durante séculos, de gente com vontades, de paisagens deslumbrantes e de edificações que a história nos deixou de herança". É com estas palavras que Graça Rojão define a Cova da Beira - a zona de intervenção da associação de desenvolvimento que coordena - a Beira Serra.

Começando a delinear-se em 1994, quando um grupo de pessoas se mobilizou em torno da discussão dos problemas da região, a Beira Serra viria a surgir um ano depois da necessidade de criar um espaço de intervenção.

De lá para cá, "o nosso grande objectivo é contribuir activamente para o desenvolvimento da Cova da Beira. Isso passa por um amplo trabalho de animação capaz de mobilizar as pessoas para a participação, despertar vontades, gerar cumplicidades e criar uma vontade de mudança".

Um trabalho que a Associação tem vindo a desenvolver com mais ou menos dificuldades nos três concelhos - Belmonte, Covilhã e Fundão - que constituem a Cova da Beira.

Entre as serras da Estrela, Gardunha e Malcata, a interioridade é a característica mais marcante da região. Mas há outras.

Para Graça Rojão, o baixo nível de escolaridade da população, os conflitos institucionais e a rigidez de muitos instrumentos financeiros são os maiores obstáculos com que se deparam os técnicos da Beira Serra.

Por um lado, e na sua opinião, os baixos níveis de formação-informação exigem um esforço acrescido na mobilização e constituem entraves à capacidade crítica e, por outro, nem sempre os organismos têm uma cultura aberta à participação e à cooperação, assim como os instrumentos financeiros partem de uma lógica contrária aos objectivos do desenvolvimento.

Como principal linha de acção de uma estratégia de desenvolvimento, a Beira Serra elegeu a cultura e os produtos locais, apostando na formação e na dinamização de parcerias entre entidades.

"Merece-nos especial atenção a valorização da cultura e dos produtos locais, uns antigos outros reinventados, uma vez que são um recurso com capacidade não só de criar no mundo rural actividades/rendimentos complementares, como contribuir para a imagem positiva do território e das gentes".

Uma aposta materializada sob diversas formas: uma rede de animadoras locais, uma oficina de tecelagem artesanal, um centro infantil - o "Sementinha" -, uma associação de produtores florestais, várias acções de formação nas áreas dos produtos agro-alimentares de pequena escala, artesanato e tecnologias da informação e, muito recentemente, um espaço de promoção dos produtos locais da Cova da Beira - "O Canto da Praça" - (ver Actividades da Rede) -, o "menino" dos olhos da Beira Serra neste momento.

Graça Rojão defende ainda as parcerias como uma forma de partilhar recursos e responsabilidades. "Os nossos recursos são escassos e sem a partilha de recursos muitos projectos não seriam concretizados. São um espaço de coordenação de esforços que nos permite uma maior eficácia, e uma forma de implicar nos objectivos dos projectos um número mais alargado de pessoas e organizações".

A título de exemplo, a coordenadora da Associação refere o Centro de Animação da Alâmpada. Um projecto lançado em 1995 num bairro social da periferia da Covilhã que, apesar de neste momento não contar com o apoio de nenhum programa, se mantém a funcionar graças à articulação dos recursos dos parceiros implicados. "Se no início do projecto não tivéssemos implicado estes parceiros (Ministério da Educação, Santa Casa da Misericórdia, Segurança Social, Junta de Freguesia) certamente hoje não teríamos o Centro a funcionar em pleno, já que não seria fácil assegurar todos os custos".

Para além destas entidades, a Beira Serra tem procurado apoio junto dos programas Integrar, NOW, PAMAF, Procentro, IEFP e ANDC (Associação Nacional Direito ao Crédito). Ao LEADER nunca apresentou nenhum projecto no passado nem pensa vir a fazê-lo no futuro. Uma candidatura directa ao LEADER + tão pouco está nos planos da Associação. Porque, diz Graça Rojão, "os dois grupos LEADER da região (ADERES e RUDE) pensam voltar a candidatar-se" e porque "existem outros instrumentos financeiros que permitem intervir no desenvolvimento local".

Procura assim a Beira Serra ser uma associação de desenvolvimento local no conteúdo e no rótulo. Isto é: "Quando falamos em desenvolvimento local estamos a referir-nos a determinados princípios norteadores e a uma metodologia de intervenção que tem tradução nas práticas efectivas".

Para Graça Rojão, "o trabalho em desenvolvimento local é uma história sem fim. Uma construção permanente onde não há personagens secundárias nem heróis e onde, por vezes, os recursos menos visíveis são os que revelam maior potencial".

Paula Matos dos Santos

### ficha técnica

nome: Beira Serra - associação promotora do desenvolvimento rural integrado | morada: Sítio da Cardona, Boldobra - 6200 Covilhã | telefone: 275 324529/322079 | fax 275 314156 | e-mail: beira.serra@mail.telepac.pt | site: www.rede-futura.pt/beira-serra | presidente da Direcção: José Joaquim Pinto de Almeida | técnicos: Graça Rojão (coordenadora), Rosa Duarte, Rosário Grácio e Zulmira Lopes.



# AS ADL enfrentam uma "morte anunciada" ?

Foto: Adriano Rangel

Penso que de nada servirá a preocupação actual dos Responsáveis e Técnicos das ADL sobre o futuro das suas Associações, a médio e longo prazo, se essa preocupação se limitar a impulsionar a procura de soluções alternativas, apenas e tão só, no seu exterior.

A sobrevivência das Associações de Desenvolvimento Local para além do horizonte temporal de 2006, sobretudo daquelas que devem a sua existência aos Programas de Iniciativa Comunitária, depende muito mais da evolução das transformações a operar no interior destas estruturas associativas que das mudanças de atitude e de enquadramento legal que a Administração Pública possa vir a estabelecer.

Sabemos que entre as seis ou sete dezenas de Associações existentes é grande a diversidade.

Diversidade em relação aos motivos, interesses e protagonistas da sua criação. Diversidade em relação à prévia existência, ou não, de experiências práticas e reflexão teórica de, e sobre, o Desenvolvimento Local. Diversidade devida a diferenças de ordem: espacial, ambiental, demográfica, infra – estrutural, cultural, social e económica, de cada território "confiado" à intervenção de cada Associação. Diversidade fundamental relativa às diferenças: de sensibilidade, de formação, de disponibilidade, de comportamento e de atitudes, entre os líderes e dirigentes.

Dentro dessa diversidade, existe um pequeno número que parece capaz de enfrentar o futuro com probabilidades de êxito, mesmo na ausência de um 4º Quadro Comunitário de Apoio (será útil ter em consideração a diferença entre "QCA" e Iniciativas Comunitárias, já que o desaparecimento de um, não implica automaticamente o fim das outras).

Ao tentar analisar as características fundamentais que distinguem da maioria esse pequeno grupo melhor preparado para enfrentar o futuro, somos levados a concluir que a coerência entre as práticas utilizadas e os princípios evocados para fundamentar a mais valia do D. L. é... a questão determinante!

É justo que se reconheça que o alcance dessa coerência, sempre relativa e de avaliação parcialmente subjectiva, encontra-se extremamente dificultada por constrangimentos normativos impostos "de cima para baixo," eles próprios em contradição com os princípios orientadores das boas práticas do D.L.

Daí que se deva considerar a capacidade e competência para ultrapassar esses constrangimentos, esforçando-se por apesar deles conseguir intervenções coerentes que maximizem o aproveitamento articulado das sinergias locais, como outra das características que distinguem os grupos melhor apetrechados para enfrentar o futuro.

## AS INCOERÊNCIAS NÃO OU POUCO ASSUMIDAS.

Ao nível do discurso, todos, ou quase, concordamos que, para gerar D.L. é necessário "trabalhar" com as pessoas, em particular com as menos "desenvolvidas", no sentido de aumentar a sua disponibilidade, vontade e competência para participar na concepção e decisões sobre os projectos que dizem respeito à sua "comunidade local".

Em consequência, talvez se dê por subentendido que ao nível de cada "comunidade local" deveria existir a tão propalada e até agora virtual "parceria local", constituída pelos representantes de todos os grupos locais de interesses, formais ou informais, mais os representantes locais dos poderes político-administrativos e que face ao ordenamento administrativo português, deveríamos convencionar que a Freguesia corresponde ao conceito de "comunidade local".

Se formos coerentes com o princípio da subsidiariedade, melhor expresso pela adopção do método "de baixo

para cima", então devemos concluir que uma Associação para actuar de baixo para cima, tendo por suporte uma "parceria local largamente representativa e integradora das pessoas na vida da sua comunidade" tem de ser uma ASSOCIAÇÃO LOCAL.

A EXISTÊNCIA DE UMA "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL" a projectar, dinamizar e apoiar estratégias de desenvolvimento local para um conjunto de "Freguesias/comunidades locais" DE CIMA PARA BAIXO, é uma contradição maior que dificilmente pode permitir práticas coerentes "de baixo para cima" assentes em parcerias reais, compostas por pessoas que defendem os interesses da mesma comunidade!

Não são umas quantas Câmaras Municipais, mais uma meia dúzia de Instituições privadas ou públicas quase sempre dependentes de centros de decisão centralizados e distantes, aos quais se podem eventualmente juntar uns quantos indivíduos mais ou menos dependentes dessas mesmas instituições, que podem constituir uma PARCERIA LOCAL.

Não é um animador local ou uma "antena local" que substituem a existência de uma "parceria local". Estes devem ser os dinamizadores da "construção" dessa parceria, com o objectivo de se tornarem cada vez mais dispensáveis e menos intervenientes.

Esta talvez devesse ser a principal tarefa das actuais ADL durante a vigência do próximo LEADER + (parir os seus próprios filhos – as Associações de parceiros locais – para que deles nasça a garantia da continuidade do processo).

Uma ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL não assente na existência de ASSOCIAÇÕES LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO (ou similares) que por sua vez constituam a base SUPRA-LOCAL da sua parceria de legitimação e sustentação, terá sempre muitas dificuldades em ser reconhecida pelas pessoas e organizações das localidades existentes nas suas "zonas de intervenção", reconhecimento esse que constitui a melhor e talvez única garantia de estabilidade e de futuro, de independência e credibilidade.

Bem sei que sempre que se fala do assunto da consolidação e do futuro das ADL, outras soluções são apontadas: diversificação de actividades e serviços, contratos programa com a Administração Pública Central e Local, constituição de novas empresas abrangendo outros parceiros, etc. etc.

Penso que todas elas são alternativas possíveis, cada uma com as suas influências específicas, mais ou menos acentuadoras do carácter de "gabinetes de assistência técnica e de gestão financeira" já existente num bom número de Associações, mas arredando-as cada vez mais da função de animar e dinamizar o DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Reconhecendo que o DESENVOLVIMENTO é um processo evolutivo com avanços e recuos, dependente da conjugação, por vezes circunstancial, de factores que nem sempre dependem da vontade individual ou colectiva a nível local, reconhecendo igualmente que estamos longe, muito longe, de poder encontrar nas nossas comunidades e nos seus governantes os níveis de compreensão e adesão necessários para a aplicação de métodos democráticos e coerentes com os princípios do D.L.: julgo que, por muito difíceis e polémicos que sejam os caminhos que a nossa reflexão aponta, podem sempre servir de incentivo a uma reflexão e discussão tão oportunas quanto necessárias.

Na altura em que se perspectivam novos Programas e concebem novos planos, talvez seja oportuno não "enfiar a cabeça na areia" lançando e participando em debates sobre estas questões, quanto mais não seja, para tentar sair do LEADER + com mais tranquilidade e confiança no futuro.

Camilo Mortágua  
Alvito, Outubro de 2000

# Um grão de areia na máquina do capital

Em 1972, um professor universitário americano, futuro prêmio Nobel de Economia (1981), sugere a aplicação de uma taxa mundial sobre as transações de câmbio. A ideia renasce, após 25 anos, com muito mais vigor e defensores. A taxa Tobin sai à rua com a Associação para uma Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos – ATTAC.

Quando James Tobin falava em «pôr um grão de areia dentro das engrenagens dos mercados financeiros», tinha o dedo apontado para a especulação. O contexto económico de Agosto de 1971 marcava o fim do sistema de taxa de câmbio fixa de Bretton Woods (1944). Entravam em jogo as taxas de câmbio flutuantes, abrindo o caminho à especulação. Desde então, os operadores financeiros ganharam o direito de negociar o valor das moedas com base em avaliações e estratégias de mercado, por vezes, destabilizadoras. Subidas e descidas vertiginosas tornaram-se causas ou efeitos do optimismo ou do pessimismo do mundo das finanças. Apostas de valor associavam-se a previsões incertas para o futuro. O célebre economista John Keynes, comparava os mercados financeiros com jogos de casino. Em 1936, Keynes, na mesma linha de pensamento de Tobin, dizia que a criação de uma taxa pública pesada sobre as transações, seria salutar, permitindo assim atenuar a predominância da especulação sobre a empresa.

Em 1978, Tobin publica um artigo célebre, onde propõe a criação, pelos principais países capitalistas, de uma taxa de 0,1% sobre as transações de câmbios. Segundo ele, a dimensão do mercado e a volatilidade das transações ver-se-iam, assim, reduzidas e as operações mais especulativas seriam penalizadas. Os economistas liberais decretaram a ideia como ridícula. Hoje em dia, o número de defensores da taxa Tobin encontra-se numa fase crescente, e já existem, inclusive, governos e parlamentos que aprovam a medida. Não obstante, continuam a levantar-se vozes, seriamente, depreciativas. Assim, Robert Mundell, prêmio Nobel de Economia de 1999, qualifica a ideia de idiota e contrapõe a solução da taxa fixa e da construção de um sistema monetário entre as grandes moedas mundiais: euro, yen e dólar. Segundo Mundell, a taxa Tobin, longe de suprimir a especulação, acabaria, simplesmente, por empatar as transações. Outra objecção, apresentada como um argumento técnico, avança com a ideia que a dita taxa só poderia ser aplicada se todos os países estivessem de acordo para a

adoptar e aplicar. Caso contrário, aconteceria uma imigração maciça dos capitais para os países que não adoptassem a taxa. A vaga de incompreensão e oposição suscitadas, levou a que a taxa Tobin ficasse «de molho» durante vinte anos.

Os anos passam-se e a mundialização vai construindo o seu ninho, feito de notas, cozidas a fio de ouro. A especulação desenfreada está em casa no mundo, as autoridades monetárias nacionais demonstraram a sua incapacidade para defender as suas taxas cambiais. Daí a sucessão de momentos de crise: explosão do sistema monetário europeu (1992-1993); queda do peso mexicano (1994), das moedas asiáticas (1997-1998), do real brasileiro (1999),... Há que lembrar que esta série negra passa no canal global. O fio condutor de todas estas histórias chama-se «risco sistémico». Primeiro, a turbulência especulativa continua a ser uma realidade destabilizadora, aumentada pelos novos instrumentos financeiros. Segundo, intervém a propagação da onda de choque ao conjunto do sistema financeiro planetário. É o chamado «efeito de contágio».

Os «dragões» asiáticos foram vítimas do fenómeno económico-financeiro da era global. Até ao ano catástrofe, países como a Coreia do Sul, as Filipinas, a Indonésia, a Malásia, a Tailândia ou ainda Taiwan eram elevados aos pináculos pelos analistas económicos. Contudo, bastou uma perda de confiança dos investidores para os capitais, mais de mil milhões de dólares, entrarem em fuga, no segundo semestre desse ano de 1997. Por conseguinte, registou-se uma crise económica e social tão devastadora que empurrou para o desemprego milhões de trabalhadores.

Estamos face a um contra-senso. A liberdade total de circulação dos capitais deveria, em princípio, permitir acelerar o crescimento económico mundial e, simultaneamente, reduzir a pobreza. Na realidade, as crises económicas multiplicaram-se, a pobreza e a exclusão social aumentaram. Cada vez mais, assiste-se à agudização dos disfuncionamentos do império do capital, com o desemprego crónico, o emprego precário, a exigência de flexibilidade e os baixos salários. A desregulamentação e a liberalização dos mercados estão na origem das sucessivas crises financeiras destes últimos dez anos, que por sua vez geraram instabilidade e um crescimento muito lento, de sobreprodução.

Em plena crise asiática, em Dezembro de 1997, um homem em França decide lançar um desafio aos homens e às mulheres de boa vontade para entrarem em luta contra a mundialização finan-



foto: DR

ceira, e assim, contribuir para «desarmar os mercados». A taxa Tobin acorda da sua sonolência. Ignacio Ramonet, director de redacção do semanário *Le Monde Diplomatique*, escreve: «A taxa de rendimentos financeiros é uma exigência democrática mínima. Esses rendimentos deveriam ser taxados exactamente à mesma taxa que os rendimentos de trabalho. (...) Trata-se de taxar, de forma módica, todas as transacções sobre os mercados dos câmbios para os estabilizar e, pela mesma ocasião, para arranjar receitas para a comunidade internacional. A taxa de 0,1% juntaria, por ano, cerca de 166 mil milhões de dólares, duas vezes mais que o montante anual necessário para erradicar a extrema pobreza daqui ao princípio do século. (...) Porque não criar, à escala planetária, a organização não governamental Acção para uma taxa Tobin de ajuda aos cidadãos (Attac)? Em ligação com os sindicatos e as associações com um objectivo cultural, social ou ambiental, poderia agir como um formidável grupo de pressão cívica, junto dos governos para os levar a reclamar, finalmente, a implementação efectiva deste imposto mundial de solidariedade.»

A Associação para uma Taxação das Transacções Financeiras para Ajuda aos Cidadãos – ATTAC é fundada em Junho de 1998 em Paris por órgãos de imprensa, sindicatos, associações e personalidades. A ATTAC recusa-se a trabalhar isoladamente. A imagem da mundialização, a associação pretende ver convergir as resistências ao neoliberalismo e diz, assim, pertencer a um movimento para o controlo democrático dos mercados financeiros e das suas instituições. Em Dezembro de 1998, nasce o Movimento Internacional ATTAC, incluindo países de África, América Latina, Ásia e Europa. Em Julho de 1999, é a vez de Portugal. A Plataforma Portuguesa ATTAC conta com o *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), o Sindicato dos Jornalistas, o Sindicato dos Professores FENPROF, a AMPECS (Associação dos micro e pequenos empresários do centro e sul) e personalidades isoladas.

O jovem movimento já começou a marcar pontos. No Canadá, na Finlândia e em França é tema de debate e de discussão a nível dos governos e dos parlamentos. A maioria dos países do G7 (sete países mais industrializados) mostrou-se favorável à ideia da taxa Tobin. Na cimeira sobre o desenvolvimento social da ONU em Genebra, no mês de Junho, o assunto chegou quase a ser mencionado na sua declaração final. A oposição veio do lado dos Estados Unidos, do Japão, da Austrália e da Suíça. Por sua vez, o Parlamento europeu promoveu um primeiro encontro com os deputados favoráveis à taxa, no dia 28 de Junho, deste ano, em Bruxelas.

Ignacio Ramonet pinta um quadro negro do planeta mundial/global. «A mundialização financeira criou o seu próprio Estado. Um Estado supranacional, com os seus aparelhos à disposição e as suas redes de influência e

os seus meios de acção próprios. Trata-se da constelação Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização para a cooperação e o desenvolvimento económicos (OCDE) e a Organização mundial do comércio (OMC).» O frente a frente com estas quatro máquinas pesadas de controle e produção do capital risca de ser desigual para um movimento de intervenção do tamanho da ATTAC. A estratégia passa por utilizar as mesmas armas que o inimigo. A palavra de ordem é mundializar. Pois, mundializamos as resistências! A aldeia é global! Então vamos comunicar com todos os resistentes através da Internet! Vamos criar redes! Dentro de pouco tempo, Seattle e Praga serão somente lembradas como pertencendo à vanguarda de uma longa lista de acções de protesto pela abolição do Rei Capital.

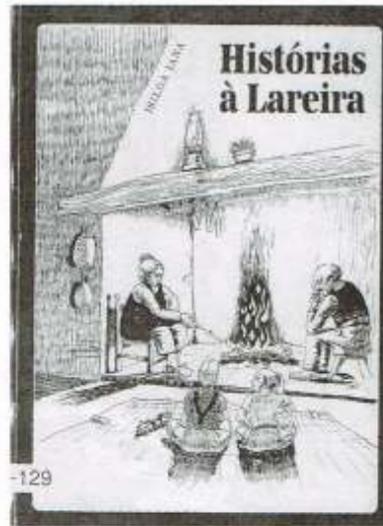
Os primeiros cavalos de batalha da associação estão directamente ligados às consequências nefastas da mundialização dos mercados: a anulação da dívida dos países pobres; a mobilização contra o próximo ciclo ("milénario") de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o lançamento de iniciativas contra os paraísos fiscais e em prol da taxa de capitais.

Olhando para trás, os Zapatistas (México) foram os percursos da luta internacionalizada. Organizaram, em 1996, o Encontro Intercontinental a favor da Humanidade e contra o Neoliberalismo, unindo todas as lutas a nível mundial e apelando a todos os seres humanos para criar uma rede de interconexões. Esta proposta constituiu a origem e a referência de todos os movimentos contemporâneos contra a mundialização dos mercados. Hoje em dia, as acções de grupos de protesto e de intervenção já não entram na rubrica dos faits divers. São uma constante nos grandes encontros, uma espécie de reverso da pilula dourada que nos querem fazer engolir. É certo que o caminho para uma sociedade mais justa e menos desigual a nível mundial ainda é longo, mas mesmo assim, há cada vez mais pessoas para o percorrer.

**Maria do Rosário Aranha**

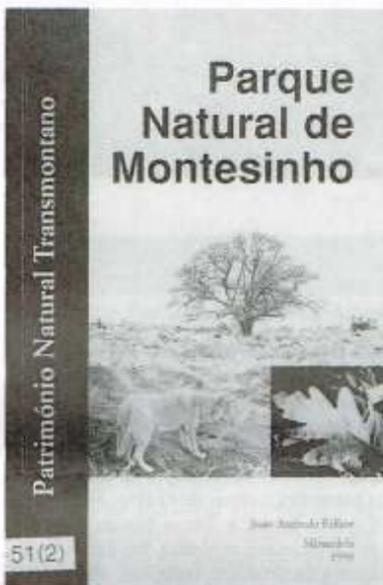
**Bibliografia**

Attac, «% contre la dictature des marchés», Attac. La Dispute, Syllepse, VO éditions, 1999.  
 Chesnais François, «Tobin or Tobin? Une taxe internationale sur le capital», Ed. L'Esprit frappeur n°42, 1998.  
 «Désarmer les marchés», de Ignacio Ramonet, in: *Le Monde Diplomatique*, décembre 1997, p.1.  
 «La taxe Tobin, une solidarité nécessaire», de Bruno Jetin, in: *Rebonds - Libération.com*, 01.08.2000.  
 «L'irrésistible ascension de la taxe Tobin», de Charles Wyplosz, in: *Rebonds - Libération.com*, 11.07.2000.  
 Robert Mundell, prêmio Nobel de Economia 1999: «La taxe Tobin est une idée idiote», in: Dossier "Les batailles de la mondialisation", *Libération.com*, 03.07.2000.  
<http://attac.org>



**HISTÓRIAS À LAREIRA**

Isilda Jana, Palha de Abrantes, 1997  
 Edição participada pelo Programa de LEADER II/TAGUS "Recuperar a memória encantada dos lugares de que é feito esse nosso mundo, trazer à superfície esse imaginário que, de muitos modos, ainda se encontra activo, embora recalado, refazer a densidade simbólica dos sítios, oferecer à criatividade algumas das raízes de que se pode alimentar, apresentar alguns dos traços do homem rural que nos precedeu e que de algum modo ainda coabita connosco, enfim, pesquisar e disponibilizar uma parte significativa da tradição oral do nosso mundo rural, foi o trabalho que assumiu para si, durante anos, a professora Isilda Jana". (Da Apresentação)  
 Este livro reúne, nas suas 94 páginas, histórias da literatura oral dos concelhos de Abrantes, Constância e Sardoal.



**PARQUE NATURAL DE MONTESINHO**

Edição de João Azevedo, 1998  
 Com o apoio do Programa LEADER II da Terra Fria/Corane Neste livro, profusamente ilustrado, está compilada toda uma significativa informação sobre o Parque Natural de Montesinho.  
 Esta obra conduz-nos na descoberta de um maravilhoso local, fornecendo elementos monográficos, descrevendo vivências e sugerindo um conjunto de itinerários. "(...) este Parque consegue jogar com todo o leque das emoções, fazendo-me passar da contemplação tranquila das cores do Outono ou do seu relevo suave, que desenha silhuetas sensuais no horizonte, à sensação inebriante que causa a explosão de cores, perfumes e sons da Primavera, ou o harmonioso ritmo da diversidade de elementos naturais e paisagens que desfilam perante os meus sentidos". (Da Apresentação)



**OBRA DO POETA FAUSTO JOSÉ**

Fausto José, Câmara Municipal de Armamar, 1999, 2 vol.  
 Com o apoio do Programa LEADER II / Associação Douro Histórico  
 "Se houve um poeta que esteve muito perto dessa noção do amor, exploração do desconhecido tanto na alma como na natureza, esse foi Fausto José. Arrancado ao seu espaço humano, ele parecia às vezes separado do momento presente, para entrar no além do presente onde a vida é uma eternidade de ventura. Não sendo impudico, havia nele uma festa que incluía a doce certeza duma cultura de liberdade em que o homem será senhor dos seus pensamentos e dos seus actos". (Do Prefácio)  
 Podemos encontrar nestes dois volumes uma compilação da obra de Fausto José um "autor de uma poesia simples, mas muito rica de sentido humano". (Da Biografia)

**PAISAGEM ALENTEJANA, SUA FAUNA E FLORA**

15 de Setembro 2000 a 20 de Maio 2001  
Organizada pelo Centro de Estudos de Avifauna Ibérica, no âmbito da iniciativa comunitária LEADER, esta exposição pretende mostrar alguns dos retalhos que compõem a paisagem alentejana. A exposição irá passar por vários locais entre Setembro e Maio:

- Évora - 15 a 30 de Setembro, Salão Nobre do Inatel
- Mértola - 9 a 15 de Outubro, Sede da ADP Mértola
- Arraiolos - 21 a 29 de Outubro, Auditório Municipal
- Alvito - 1 a 12 de Novembro, Centro Cultural
- Serpa - 15 a 23 de Novembro, Cine-Teatro
- Alter do Chão - 25 a 29 de Novembro, Cine-Teatro
- Portel - 1 a 10 de Dezembro, Celeiros Antigos
- Lisboa - 18 de Dezembro a 3 de Janeiro, Casa do Alentejo
- Évora - 8 a 26 de Janeiro, Universidade de Évora
- Mourão - 29 de Janeiro a 9 de Fevereiro, Galeria de Exposições
- Mora - 10 a 25 de Fevereiro, Galeria da Casa da Cultura
- Vila Viçosa - 12 a 25 de Março, Cine-Teatro Florbela Espanca
- Moura - 2 a 15 de Abril, CM Moura
- Santiago do Cacém - 7 a 20 de Maio, CAP Alda Guerreiro, VN Santo André

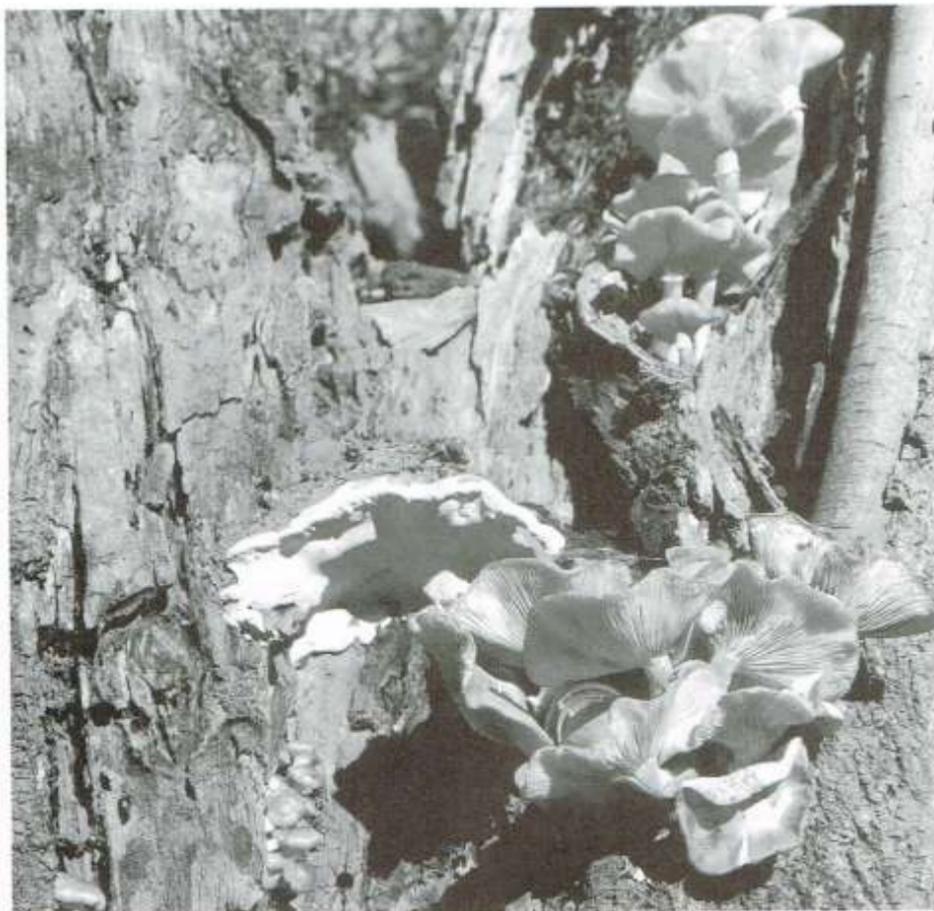


foto: L. Chaves

**TARDES DE OUTONO**

*Loja do Mundo Rural*  
16 de Outubro a 4 de Novembro  
A Loja do Mundo Rural é um projecto da ProRegiões em parceria com as associações de Desenvolvimento Rural, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e com o Programa LEADER, e tem por objectivo divulgar e promover as diversas regiões, suas gentes e culturas.

**16 a 21 de Outubro**  
Semana de Trás-os-Montes (Probarroso)

**21 a 28 de Outubro**  
Semana do Ribatejo Norte (Adim)

**30 de Outubro a 4 de Novembro**  
Semana de Promoção do Alentejo (Terras Dentro)

Contactos:  
Rua Saraiva de Carvalho, 218  
Campo de Ourique, 1250 - 245 Lisboa  
Tel./Fax: 21 895 88 89  
lojadomundorural@mail.telepac.pt  
www.lojadomundorural.co.pt

**MOSTRA DO MUNDO RURAL 2000**

*Lisboa*  
24 de Outubro a 23 de Dezembro  
Organizada pela Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, esta Mostra do Mundo Rural conta com a participação de nove regiões que vão trazer os seus produtos, a sua gastronomia, os seus sabores e saberes.

- Beira Litoral - 24 a 29 de Outubro
  - Trás-os-Montes - 31 de Outubro a 5 de Novembro
  - Ribatejo e Oeste - 7 a 12 de Novembro
  - Madeira - 16 a 19 de Novembro
  - Açores - 16 a 19 de Novembro
  - Alentejo - 21 a 26 de Novembro
  - Beira Interior - 28 de Novembro a 3 de Dezembro
  - Algarve - 5 a 10 de Dezembro
  - Entre Douro e Minho - 12 a 17 de Dezembro
  - Todas as Regiões - 19 a 23 de Dezembro
  - Exposição "A Lã e o Linho" - 19 a 23 de Dezembro
- Contactos:  
Direcção Geral de Desenvolvimento Rural  
Av. Defensores de Chaves, 6 - Lisboa

**OUTRAS INICIATIVAS COM INTERESSE**

**CENTROS DE RECUPERAÇÃO INFANTIL**

*Loja do Ribatejo Norte, Tomar*  
7-18 de Novembro  
A ADIRN organiza esta quinzena dedicada aos Centros de Recuperação Infantil da sua Zona de Intervenção.

Vão estar presentes centros de Fátima, Ferreira do Zêzere, Ourém, Tomar e Torres Novas, que irão trazer o seu artesanato: cerâmica, bordados, tecelagem, tapetes de arraiolos, tapeçaria, etc.

Contactos:  
ADIRN - Associação de Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte  
Tel/Fax: 249 32 30 08  
adirn@mail.telepac.pt  
www.adirn.pt

**I ENCONTRO DO NOSSO PÃO**

*Centro Cultural de Cuba*  
11 de Novembro  
Trata-se de um projecto da Associação Terras Dentro e da Câmara Municipal de Cuba, apoiado pelo Programa LEADER.

Este I Encontro será composto pelo colóquio "O Nosso Pão, Passado e Futuro", que terá diversos temas: Historial do nosso pão, A gastronomia do pão, A importância do pão na alimentação, Caracterização do pão alentejano, Factores decisivos na qualidade do pão, Oportunidades de negócio na indústria da panificação e Fontes de financiamento e pela exposição "Haja Pão".  
Haverá, ainda, um jantar com pratos confeccionados à base de pão alentejano e um magusto.

Contactos:  
Associação Terras Dentro  
Tel. 266 94 80 70  
Fax. 266 94 80 71  
atd@terrasdentro.pt

**FEIRA DA CASTANHA E DO MEL**

*Aldeia de Sul, S. Pedro do Sul*  
11-12 de Novembro  
Este evento pretende reunir os produtores da Castanha e do Mel das aldeias de Sul, Covas do Rio e S. Martinho das Moitas.  
Durante os dois dias da Feira haverá muita música e uma prova gastronómica da Castanha e do Mel.

Contactos:  
ADIRN - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira  
Tel. 256 944 426  
Fax. 256 944 954

**SEMANA DO EMPREGO 2000**

*Bruxelas*  
7-9 de Novembro

Em Março último, a União Europeia realizou um seminário sobre "emprego, reforma económica e coesão social para uma Europa de inovação e conhecimento". Um novo objectivo estratégico foi estabelecido: "tornar-se o mais competitivo e dinâmico conhecimento baseado na economia, em todo o mundo, capaz de um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social". O propósito desta estratégia é o de conseguir as bases para o pleno emprego e fortalecer a coesão regional na próxima década.  
Agora, na 8ª Semana do Emprego vão ser examinadas as implicações destes desafios para a nova economia e para a política.  
A conferência será composta por: sessões plenárias, sessões sobre problemas do emprego, mesas redondas, Briefings informativos e grupos de discussão.

Contactos:  
Caroline Stevens, Administrator  
Touchstone Exhibitions & Conferences Ltd  
Haleon House, 4 Red Lion Street,  
Richmond, Surrey TW9 1RW, UK  
Tel. +44 (0) 20 8332 0044  
Fax. +44 (0) 20 8332 0874  
cstevens@touch-stone.co.uk  
www.employmentweek.com

**II CONGRESSO IBÉRICO SOBRE GESTÃO E PLANIFICAÇÃO DA ÁGUA**

*Porto*  
9-12 de Novembro  
Este segundo congresso tem como tema central de discussão a Aplicação em Portugal e Espanha da Directiva-Quadro da Água.  
As principais matérias em discussão são: "Protecção e qualidade de águas superficiais, incluindo estuários e costeiras, assim como águas subterrâneas", "Gestão de bacias hidrográficas", "Usos, valor e preço da água" e "Participação dos cidadãos".

**CONGRESSO NACIONAL DE CITRICULTURA**

*Faro - Auditório da Universidade do Algarve (Campus de Gambelas)*  
16-18 de Novembro  
Numa organização conjunta de várias entidades, este congresso nacional pretende abordar todos os aspectos ligados ao Sector Citrícola. Com destaque para os seguintes temas: "Material Vegetal e Protecção Fitossanitária", "Tecnologia de Produção"

"Economia, Comercialização e Industrialização" e "Medidas de Apoio e Políticas para o Sector".

Contactos:  
Cristina Dourado/Carmen Dias  
Tel. 289 870 700  
Fax. 289 816 048

**3º ENCONTROS DE IMAGEM E SOM DO NORTE ALENTEJANO**

*Portalegre*  
18-26 de Novembro  
A 3ª Edição dos Encontros de Imagem e Som do Norte Alentejano voltará a abordar a questão do Ambiente. E tem por objectivo contribuir decisivamente para aprofundar a consciencialização das comunidades locais, assim como dos visitantes, relativamente aos objectivos ecológicos e ambientais, através dos mais modernos processos, tecnologias e linguagens da Comunicação Audiovisual e Multimédia.

Contactos:  
Região de Turismo de São Mamede - Alto Alentejo  
Estrada de Santana, 25  
7300 Portalegre  
tel. 245 300 770  
fax. 245 204 053  
email: rt.s.mamede@mail.telepac.pt  
web site: www.rtsm.pt

**REPENSAR PORTUGAL NA EUROPA, PERSPECTIVAS DE UM PAÍS PERIFÉRICO**

*Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa*  
23-24 de Novembro

Este seminário internacional tem por objectivo: divulgar e discutir os resultados da investigação efectuada pela equipa do Projecto PRAXIS XXI (CSH/745/95), Repensar Portugal na Europa, Perspectivas de um País Periférico (CEG/U. Lisboa, CEG, U. Coimbra e UTAD).

Este seminário será composto por várias sessões: "Transformações do Espaço Económico Português", "Tendências de Ocupação do Território", "A Situação Social: Problemas e Desafios", "Parcerias Público-Privadas na Provisão de Bens e Serviços" e "Políticas e Cenários de Desenvolvimento".

Contactos:  
Maria de Lurdes Ribeiro  
Tiago Monteiro  
Centro de Estudos Geográficos  
Faculdade de Letras  
Alameda da Universidade  
1600 - 214 Lisboa - Portugal  
Tel. 217 965 469  
Fax. 217 938 690

**CONGRESSO ISA 2000: AMBIENTE, TERRITÓRIO E AGRICULTURA - QUE MUDANÇAS PARA O SÉCULO XXI?**

*Anfiteatro da Lagoa Branca, Tapada da Ajuda*  
4-6 de Dezembro

Este congresso pretende abordar as necessidades dos profissionais para as transformações que estão a virão a acontecer no futuro próximo. Serão analisadas questões como a sensibilização ambiental, as novas funções da agricultura, as alterações tecnológicas, assim como serão debatidos os grandes problemas que se colocam à agricultura, às florestas e à sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

Contactos:  
Cristina Mariz e Isabel Oliveira  
Instituto Superior de Agronomia  
Tapada da Ajuda - 1349-017 Lisboa  
Tel. 21 365 31 28 - Fax. 21 363 50 31  
crismariz@isa.utl.pt

**CONGRESSO IBÉRICO FOGOS FLORESTAIS**

*Escola Superior Agrária de Castelo Branco*  
17-19 de Dezembro

Com o objectivo de alertar para a importância da floresta, este congresso possui diversos temas "Problemática dos Incêndios Florestais", "Medidas Políticas de Prevenção de Incêndios", "Efeito Ecológico do Fogo", "Metodologias/Tecnologias de Prevenção", "Sivicultura Preventiva", "Fogo Controlado", "Combate a Incêndios", "Recuperação de Áreas Ardidas" e "Avaliação Económica".

Contactos:  
Congresso Ibérico - Fogos Florestais  
Escola Superior Agrária de Castelo Branco  
Quinta Sr.ª de Mécules  
6000 Castelo Branco  
tel. 272 339 900 ext. 4221  
fax. 272 339 901  
fogosflorestais@esa.ipcb.pt

# "INSTRUMENTOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL"

FUNCHAL • 9/10. NOVEMBRO.2000

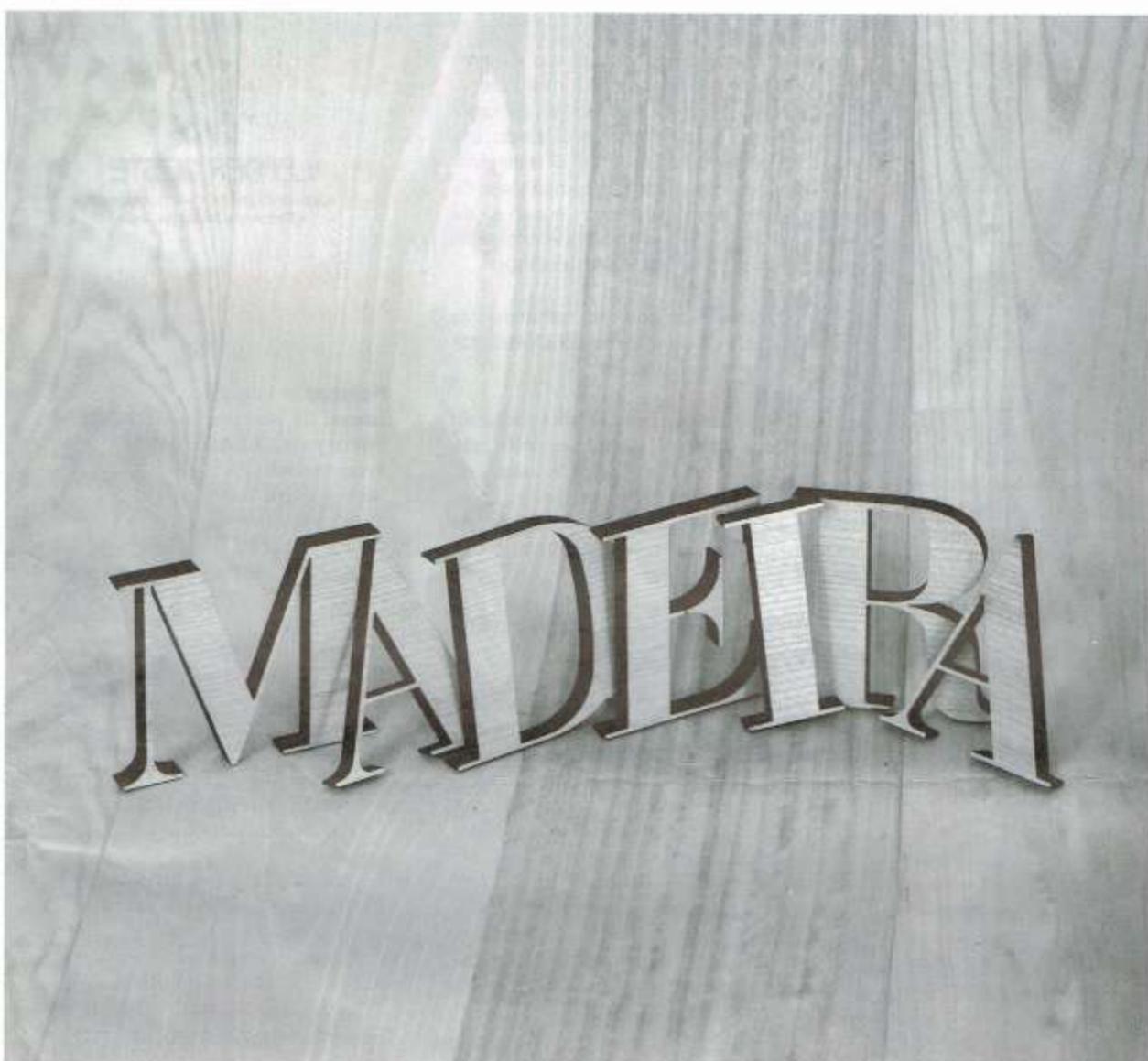


foto: Adriano Rangel

## O QUE É?

No momento que as ADL estão a retirar os ensinamentos do passado para preparar o futuro, várias questões específicas se põem em termos de instrumentos para o desenvolvimento local. Nomeadamente:

- os novos instrumentos financeiros no quadro da engenharia financeira
- os instrumentos de formação

Nos dois casos já foram realizadas algumas acções no quadro da Célula (o Grupo de Trabalho sobre a engenharia financeira, o Caderno Temático sobre o mesmo tema, a Acção de Formação sobre a formação para o desenvolvimento local, realizada em Gouveia, etc.), mas existem ainda muitas questões em suspenso e dúvidas a esclarecer.

## PARA QUÊ?

O seminário tem três objectivos:

1. Dotar as associações de instrumentos pertinentes para definir a sua estratégia de intervenção.
2. Consolidar as informações já existentes e já trabalhadas a nível de alguns encontros anteriores
3. Divulgar e experimentar instrumentos interactivos.

## COMO?

O seminário será realizado em dois dias, havendo uma primeira manhã de apresentação geral do tema Engenharia Financeira onde o grupo de Trabalho dos Açores em conjunto com Grupo de Trabalho dos Instrumentos Financeiros levantarão as questões mais pertinentes relacionadas com este tema e promoverão um debate em sessão plenária com vista a reunir outras questões importantes. Estas serão enquadradas em temas e serão trabalhadas durante a tarde, em Grupos de Trabalho, com vista a obter respostas que serão apresentadas, como conclusões, na manhã do dia seguinte. Em plenária será apresentado um instrumento informático (CD-Rom). Este servirá de base para exercícios práticos a realizar em pequenos grupos na manhã do segundo dia.

A tarde do segundo dia será reservada para uma breve abordagem sobre a problemática da formação no desenvolvimento local e apresentação de um CD-Rom de apoio à montagem de um projecto de formação.

## PARA QUEM?

Este seminário dirige-se sobretudo às ADL LEADER, a técnicos de outras associações de desenvolvimento local e eventuais parceiros.

## PROGRAMA INDICATIVO (provisório)

### QUINTA-FEIRA - 9 de NOVEMBRO

09h30 - 10h00

Recepção dos participantes; boas-vindas e distribuição de documentação.

10h00 - 11h00

Sessão de Abertura.

Enquadramento do Seminário:

- A importância do LEADER II no contexto Regional
- Apresentação dos temas e organização dos trabalhos.

11h00 - 11h15

Pausa para café

11h15 - 13h00

Apresentação e enquadramento do tema: Engenharia Financeira

Enquadramento temático de novas questões a serem trabalhadas em Grupos de Trabalho, a constituir.

13h00 - 14h30

Almoço

**Tarde:** Análise das questões em 4 grupos de trabalho (cada grupo é animado por uma das ADL do Grupo de Proximidade, com o apoio de um elemento da CAL)

14h30 - 16h00

Respostas às questões e discussão em grupo.

16h00 - 16h15

Pausa para café

16h15 - 18h00

Continuação dos trabalhos.

18h00

Sessão plenária para apresentação do CD-Rom sobre Engenharia Financeira

20h00

Jantar

### SEXTA-FEIRA - 10 de NOVEMBRO

**Manhã:** continuação dos grupos de trabalho

09h30 - 11h00

Elaboração das conclusões e exercício prático interactivo sobre Engenharia Financeira.

11h30 - 11h15

Pausa para café

11h15 - 13h00

Sessão plenária para apresentação de conclusões.

13h00 - 14h30

Almoço

**Tarde:** Sessão plenária

14h30 - 16h30

Sessão plenária subordinada ao tema "Formação como Instrumento de apoio no Desenvolvimento Local";

Mesa redonda animada pelas ADL organizadoras sobre esta temática.

16h30 - 16h45

Pausa para café

16h45 - 18h00

Continuação debate.

Apresentação de um CD-Rom: "Como montar um programa de formação"

18h00

Sessão de Encerramento do Seminário.

# pêra rocha do Oeste sabor de Portugal

A cor é inconfundível: amarela com pintas acastanhadas. O diâmetro varia: de 60 a 70 mm. Formato: oval. Epiderme: fina, lisa e muito macia. Polpa: branca, sumarenta e doce. Trata-se da pêra rocha ... do Oeste.

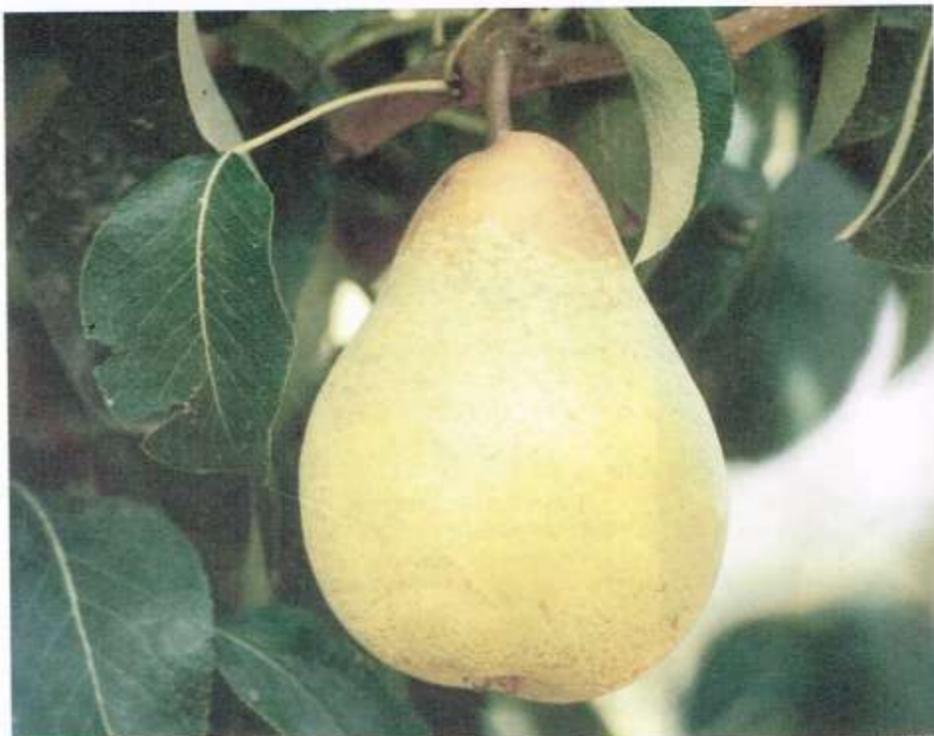


foto: ANP

Descoberta, por acaso, há 164 anos, no quintal do alquilador Pedro Rocha, perto de Sintra, cujo apelido inspirou a sua designação, a pêra rocha é uma variedade exclusivamente portuguesa. Contam os livros que foi a partir de garfos da árvore do Sr. Rocha que a variedade se espalhou a outras regiões do país, designadamente pela Região do Oeste.

Hoje, 90% da produção nacional provem da Região do Oeste. Por outras palavras, saem em média, e por campanha, da Região Demarcada de pêra rocha do Oeste - de Sintra a Pombal até Torres Novas - 120 toneladas desta variedade de *Pyrus communis* L. Os números podem causar alguma sensação mas não assustam o secretário-geral da ANP (Associação Nacional de Produtores de Pêra Rocha), Frederico Reino habituado a valores até bem mais elevados.

Depois de um grande investimento ao nível das técnicas de produção e conservação, a ANP aguarda com alguma expectativa uma colheita excepcional para testar a "máquina". As condições climáticas são o único factor x. Todos os outros já são conhecidos: um produto de qualidade; produtores informados e organizados; centrais fruteiras e cooperativas para receber e armazenar o produto; uma entidade que controla e certifica a qualidade da pêra rocha do Oeste - CODIMACO (Associação Interprofissional Gestora de Marcas Colectivas); e apetência no mercado para o produto.

Condições ideais que naturalmente não surgiram de um momento para o outro. São resultado de anos de trabalho envolvendo várias entidades, entre as quais a Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste - LEADER OESTE - à qual a CODI-

MACO apresentou dois projectos no âmbito do Programa LEADER II. Um primeiro, para a contratação de um técnico durante dois anos e aquisição de algum material para esse mesmo técnico (que hoje se encontra na associação promotora), e um segundo visando a divulgação e promoção do trabalho da mesma através de uma brochura. Um investimento total de 7.500 contos dos quais 50% LEADER.

Criada em 1993, com o objectivo de criar uma marca colectiva para os produtos hortofrutícolas da região, a CODIMACO viria a ser contratada pela ANP para fazer o controlo e certificação da pêra rocha do Oeste mais tarde, em 1997. Um processo demorado que prevendo essa lentidão avança, numa primeira fase, para uma Denominação de Origem (D.O.) e só depois para a Denominação de Origem protegida (D.O.P.). A ANP espera luz verde da DGAGRI (Comissão Europeia) nos próximos meses.

Os produtores desde muito cedo se aperceberam do potencial do produto que tinham nos seus pomares mas só isso não chegava. Faltava, na opinião do secretário-geral da ANP, fazer um trabalho pedagógico. Foi por aí que a ANP começou criando condições para o sector evoluir em qualidade já que em quantidade não havia qualquer tipo de problema. A longa tradição da fruticultura nesta região, aliada às boas condições edafo-climáticas, foi meio caminho para que a pêra rocha do Oeste alcançasse o sucesso de que hoje goza, quer no mercado nacional quer estrangeiro.

## do Oeste para o mundo

A grande aposta da ANP foi na qualidade. Na qualidade e no mercado externo. O con-

sumo em Portugal tinha estagnado e a produção estava a aumentar. A única coisa a fazer era escoar o produto através da exportação. O mercado inglês, considerado um dos mais exigentes do mundo, foi o elegido. Um grande investimento (campanhas de publicidade, animação nos espaços de venda, participação em feiras de alimentação) que começa a dar os seus frutos.

Os ingleses rapidamente se tornaram fãs incondicionais da pêra rocha do Oeste. Até sandes de pêra rocha fazem.

Para além do Reino Unido, a pêra rocha do Oeste chega ao Brasil, Canadá e, deste lado do Atlântico, Espanha, França e Irlanda e, mais recentemente, países do Leste. E em todo o lado é reconhecida e apreciada. Às vezes mais até do que em Portugal, confiança Frederico Reino.

Mercados diferentes, produtos diferentes. O critério é a qualidade. Mas qualidade visual. E explica: "quando falamos de qualidade estamos a falar do aspecto visual porque a qualidade gustativa do produto é a mesma. É importante dizer também que a pêra rocha do Oeste nunca foi seleccionada geneticamente, pelo que manteve, ao longo dos anos, todas as suas características e qualidade original. E por isso, por se tratar de um produto tradicional, o consumidor tem de habituar a um produto visualmente diferente de colheita para colheita. Por exemplo, um ano com mais carepa (pigmentação castanha que varia consoante o clima), outro com menos".

O consumidor já não é preocupação. Onde os resultados ainda não satisfazem completamente a ANP é na distribuição. Com as grandes centrais fruteiras a filosofia é esta: directamente do produtor para o consumidor. (E para isso é que os produtores se juntaram; para acabar com os intermediários). Frederico Reino garante que o produto que sai das centrais é um produto com qualidade. "O problema é que quando chega à distribuição o produto nem sempre é tratado com o respeito que nós consideramos que merece. A pêra rocha é um produto resistente ao armazenamento e ao transporte mas a epiderme é muito fina", obrigando a cuidados redobrados ao nível da embalagem.

Mas para já, e enquanto a ANP pensa numa forma de solucionar este problema, o balanço é extremamente positivo. Para Frederico Reino, o processo da certificação da pêra rocha do Oeste trouxe uma grande mais-valia: o trabalho em grupo. "As pessoas começaram a aprender a trabalhar em grupo, a trabalhar para um mesmo fim, para um produto de qualidade, cooperando em estratégias a nível internacional, o que veio trazer mais maturidade e profissionalismo ao sector". O futuro é, portanto, risonho para a pêra rocha do Oeste.

Paula Matos dos Santos



## Ficha Técnica

### Pessoas e Lugares Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

#### Propriedade:

INDE - Interooperação e Desenvolvimento, CRL

#### Administração e Redacção:

INDE/Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Rua Marquesa de Alorna, nº 34 - 2º Esq.

1700-304 LISBOA

Tel. 21.8446595 | Fax. 21.8446623

Email. caleader@inde.pt

Site: <http://caleader.inde.pt>

#### Mensário

**Director:** Samuel Thirion

**Editor:** Camilo Mortágua

#### Chefe de Redacção:

Francisco Botelho

**Editor Gráfico:** Ana Alvim / Isto É

**Redacção:** Maria do Rosário Aranha;

Paula Matos dos Santos

#### Colaboram neste número:

ADIBER, ADRIMAG, BEIRA SERRA,

CORANE, DGDRURAL, DUECEIRA,

Elisabete Rebola, Helena Santos, João

Limão, Luís Alvarez, Luís Chaves,

Nuno Jordão, RUDE.

#### Paginação e pré-impressão:

Isto é, comunicação visual, Ida

Rua de Serralves, 693-697

Apartado 1503

4107-001 PORTO

Tel.: 22 616 65 70 | Fax: 22 616 65 79

e-mail: [isto-e@esoterica.pt](mailto:isto-e@esoterica.pt)

#### Impressão:

Tipografia Silvas, CRL

Rua D. Pedro V, 122 - 1º E

1250-094 LISBOA

**Número de exemplares:** 4.000

**Depósito Legal** nº 142 507/99

**Registo ICS** nº 123 607

